



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

1
9
10

ACTA Nº 6/2014
ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2014

-----Aos 27 dias do mês de Dezembro de 2014, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. ***

----- Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltaram os Senhores Deputados Maria de Jesus Elias, Ana Maria Paulo, João Paulo Vilela, Laurindo Miranda e Catarina Morais.***

----- Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente Carlos Jorge Magalhães, o Senhor Vice-Presidente José Rodrigues Paredes e os Senhores Vereadores Cristina Ribeiro Felgueiras, João Manuel Costa, António Joaquim Fernandes, Luís Miguel Rodrigues e Adérito Figueira. ***

----- A sessão foi presidida por Manuela Domingues, Presidente da Assembleia Municipal secretariada pelos Senhores Deputados Mário Joaquim Vaz, 1º secretário da Mesa, e Fátima Barros, 2ª secretária da Mesa.***

----- Havendo "quórum" foi pela Senhora Presidente declarada aberta a sessão quando eram 14.30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**: ***

----- **UM**: *Exposição do Senhor Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.* ***

----- **DOIS**: *Pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Senhor Deputado Hélder Filipe Fernandes Pinto Furtado – Apreciação.* * **

----- **TRÊS**: *Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos), para o exercício económico de 2015 – Aprovação.* ***

----- **QUATRO**: *Relatório de despesa em compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica da Assembleia Municipal – Conhecimento.* ***

----- **CINCO**: *Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal – Aprovação.****

----- **SEIS**: *Revisão orçamental nº 2 dos DP2014 – Apreciação Técnica da DGAL – Conhecimento.* ***

----- **SETE**: *Redução obrigatória do número de trabalhadores em 2014 – Conhecimento.* ***

----- **OITO**: *Relatório de acompanhamento de execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – 2T2014 – Aprovação.* ***

----- **NOVE**: *Relatório de acompanhamento de execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – 3T2014 – Aprovação.* ***

----- Antes de colocar em discussão as actas das reuniões anteriores, a Mesa congratulou-se com a presença do Senhor Presidente da Câmara naquela Assembleia, a primeira depois do acidente que o afastou do Município durante seis meses e desejou as melhoras e o completo

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2

restabelecimento. Agradeceu ainda ao Senhor Vice-Presidente e à Senhora Vereadora pelo trabalho desenvolvido na ausência do Senhor Presidente. ***

----- De seguida colocou em discussão as actas das reuniões das Assembleias dos dias 30.09.2014 e 25.10.2014 e deu a palavra aos Senhores Deputados para se pronunciarem, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras e Cláudio Vilela***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): *****

Esta minha intervenção não é para proceder a nenhuma correcção, mas sim para alertar o seguinte: na sessão de 30 de Setembro eu procedi aqui a uma série de correcções e aliás, o Senhor Deputado Cláudio Vilela também já tinha alertado para uma situação similar que consiste no seguinte. Os Deputados procedem à correcção das actas e depois, essas correcções não são efectuadas. Ou seja, as correcções que eu fiz na última sessão não valeram de nada porque a acta que está exposta no portal da Câmara está sem qualquer correcção. Portanto, este tipo de situação tem de ser de uma vez por todas corrigida, porque, para já, dá uma má imagem dos Deputados, porque quem vai ler as actas diz «olha, afinal de contas está ali um Deputado que nem sequer sabe falar. Portanto, o lugar dele não devia ser esse». E depois, por outro lado acho que põe em cheque, põem em causa os quadros da Câmara. Portanto, a minha intervenção é nesse sentido e faço votos para que de uma vez por todas essa questão seja corrigida.***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): *****

A minha intervenção vai no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Luís Lameiras. Na última sessão informei a Senhora Presidente que as correcções não estavam a ser colocadas no site da Câmara Municipal. Portanto, as actas estão erradas. A Senhora Presidente respondeu-me e vou citar «Vamos ver a melhor forma, está bem, será feita a correcção. Se é retirada ou não, ou se haverá uma adenda, nós depois vamos decidir». Portanto, até hoje, essa situação, a verdade não foi reposta, não foi alterada a acta, a acta continua na mesma situação. Queria saber se vai ser, se não vai ser? É que já passou algum tempo e dá-me a entender que nada vai ser feito, não é? ***

Depois, relativamente à acta da Assembleia Extraordinária eu queria dizer que eu apresentei uma justificação de falta. Agora não sei qual foi o critério. Apresentei em comum com o resto da bancada. Eu apresentei justificação de falta. Se ela foi considerada ou não é outra situação. Quero também dizer em relação a isso, como não estive presente, vou-me abster na referida votação e também vou-me abster a fazer qualquer tipo de comentários, precisamente porque não estive presente, porque eu também tive a oportunidade de ler a acta e além disso, se tivéssemos de fazer comentários iríamos passar aqui a tarde toda, tal foram os atropelos à Lei que foram feitos nessa Assembleia Municipal. Era só, muito obrigado. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA: *****

Senhor Deputado Cláudio Vilela, tal como tem acontecido ao longo dos anos - isto sem prejuízo de se poder fazer de outra forma, aliás eu disse que a Mesa ia pensar - as correcções estão feitas na acta seguinte. As correcções que o Senhor Deputado fez à acta, por exemplo, da sessão de 30 de Junho estarão na de 30 de Setembro e sempre assim foi. Isto tanto quanto eu vi quando consultei as outras actas. Isto não quer dizer que tenhamos de seguir sempre o mesmo critério. Podemos fazer de outra maneira, por adenda, como eu lhe disse. Mas elas, portanto, a verdade está reposta, o sentido das suas palavras, as correcções que o Senhor

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3

Deputado ou que os Senhores Deputados fizeram estão sempre na acta seguinte. Estão aqui consignadas, certo? ***

Quanto à justificação de falta do Grupo Municipal ou de parte do Grupo Municipal a Mesa entende que ela não tem justificação. Ficam como não justificadas. Isto está a ser gravado e é isto que vai ficar consignado em acta. Aliás, acho que tudo o que aqui é dito fica consignado. ***

-----**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** ***

Compreendo a explicação que a Senhora Presidente deu relativamente às correcções à acta, mas no entanto quero considerar que não foi essa a explicação que a Senhora Presidente me deu na última sessão. Disse que iria ver a melhor forma, se a acta iria ser corrigida ou se seria por uma adenda. Portanto, neste caso, o sentido da acta, a pessoa vai ter que estar sempre a ver actas seguintes. Não é o melhor critério.***

-----**PRESIDENTE DA MESA:** ***

Eu também o entendo assim, não é o melhor critério. Mas de qualquer maneira a verdade está reposta na acta seguinte quando fazem as correcções."

-----**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:** ***

Tudo bem, eu não disse o contrário, mas no entanto seria muito mais fácil imprimir aquela página só, ou corrigir aquela página só e colocar no site. Penso eu, da minha parte, acho que não há nada que o impeça." ***

-----**PRESIDENTE DA MESA:** ***

Claro que não e a Mesa vai depois analisar isso, a sua sugestão, está bem? Muito obrigada Senhor Deputado. ***

De seguida foi colocada a votação a acta nº 4/ 2014 de 30.09, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três abstenções e vinte e sete votos a favor. ****

A acta nº5/ 2014 de 25.10 foi igualmente colocada em votação, tendo sido aprovada por maioria, com catorze abstenções e dezasseis votos a favor. ***

-----**PRESIDENTE DA MESA:** ***

Dá-se conhecimento:***

- Que, face aos motivos invocados, considera-se justificada a falta dos Senhores Deputados Humberto Barbosa e Samuel Cunha à assembleia extraordinária de 25 de Outubro.***

- Do envio da aprovação da moção "contra introdução das portagens na A4 da Assembleia Municipal de Bragança" aos órgãos de soberania, ao Senhor Presidente da AM de Bragança e ao 1º Secretário Executivo da CIMDOURO.***

- Do envio da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD na assembleia de 30 de Setembro a todas as associações, colectividades, comissões de festas e IPSS'S do concelho.***

- Do ofício do gabinete do 1º Ministro e do Grupo Parlamentar os Verdes a acusar a recepção da moção contra a introdução das portagens na A4.***

- Do convite da Federação Distrital do PS de Vila Real para assistir à sessão de encerramento do XVI Congresso Federativo, ao qual não foi possível comparecer.***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- Do voto de solidariedade da Assembleia de freguesia de Vila Verde, ao Sr. Presidente de Junta, Domingos Aurélio Henriques, na sequência da agressão de que foi vítima por ocasião de um protesto da população de Perafita contra a falta de água. ***
- Da apresentação de justificação de falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua, José Manuel de Barros Ribeiro à sessão de hoje, a qual fica, desde já e pelos motivos invocados, justificada.***
- Da delegação de representação feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua, José Manuel de Barros Ribeiro, no Secretário da Junta, César Filipe Ferreira Seixas para a sessão de hoje.***
- Da apresentação de justificação de falta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pegarinhos Luís Horácio Macedo dos Santos com a indicação da Senhora Secretária Olinda Maria Girão Jorge para o representar.
- Do ofício da ANMP para efeitos de eleição de dois Presidentes de Junta (um efectivo e um substituto) para o XXII congresso da ANMP que se realizará nos dias 27 e 28 de Março, cuja eleição terá lugar na próxima sessão desta assembleia municipal ***
- Da recepção das minutas aprovadas e documentos em reunião de Câmara de 2 , 16 e 30 de Outubro, 26 e 27 de Novembro e 17 de Dezembro e das actas de reunião de Câmara de 18 e 23 de Setembro, 2 , 16 e 30 de Outubro, 13 de Novembro. ***
- Da recepção do jornal a Voz das Misericórdias e do jornal do STAL. ***

E mais uma vez, lembramos os Senhores Deputados, que não deverão ausentar-se da sala, salvo em caso de motivo justificado e que caso tenham que ausentar-se ou cheguem mais tarde deverão comunicar tal facto à Mesa. Lembra-se, ainda, que as intervenções não deverão extravasar os tempos regimentais.***

De seguida, a Senhora Presidente, abriu o período antes da ordem do dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados: Luís Lameiras, César Seixas, Alceu Costa, Telmo Pinto, Filomena Nogueiras, Aurelina Pereira, Laureano Guedes, Samuel Cunha, Glória Veiga, Sónia Pires, Cláudio Vilela e António Lousa. ***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):*****

Senhora Presidente, antes de mais, eu gostaria de começar esta minha intervenção, evocando o artigo 41.º do Regimento, ou seja, aquele artigo que confere a cada Deputado, anualmente, cinco minutos. Portanto, propunha que os meus primeiros cinco minutos de intervenção seriam ao abrigo deste artigo e depois, a restante intervenção, entraria na conta do tempo do Partido.***

Então, eu vou tentar fazer aqui um balanço daquilo que foi o ano de mandato deste Executivo. Bom, e começaria pelo lema com que se apresentou em campanha eleitoral, «Acreditar Alijó». Ora, este lema remete-nos para a ideia de um sonho, de um mar de rosas. Tinha como questão central a agricultura, a fixação de jovens, captação de outros, agricultura alternativa. Bom, pelos vistos, passado um ano, dois meses e sete dias nada disto foi posto em prática. Aliás, nem podia ser com os tais 16.000 euros irrisórios dedicados à agricultura, caça e pesca. E eu diria que pelo contrário, aquilo que este Executivo fez em termos agrícolas foi precisamente contra os interesses dos agricultores e reporto-me nomeadamente à posição assumida por este Executivo - e deram esse exemplo aqui numa das Assembleias - de estarem a favor da privatização da Casa do Douro e portanto, contra os interesses do Concelho. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

5

Relativamente ao Grémio de Alijó, ou já fechou ou vai fechar e que eu saiba, que seja do meu conhecimento, não há nenhuma posição, relativamente a esta matéria, para salvaguardar a importante missão que tem tido e que deveria continuar a ter o Grémio junto dos nossos agricultores. ***

Posto isto, diria que a grande preocupação deste Executivo e logo que tomou posse e sempre que há festas e romarias, e enfatizo, sempre que há festas e romarias foi a de ir a correr para a comunicação social vociferar aos sete ventos que a dívida era monstruosa e nada mais havia a fazer, a não ser pagar a dívida. E portanto, do meu ponto de vista, isto era já o prenúncio da incapacidade que se veio manifestando deste Executivo em gerir as questões de fundo do nosso Concelho. ***

Depois, a questão da auditoria das contas. Esta questão foi chumbada primeiramente numa Assembleia. Mas este Executivo não ficou contente com isso e levou esta questão novamente à Assembleia para que a todo custo esta questão fosse aprovada. E é curioso que esta auditoria reporta-se apenas e só ao três últimos mandatos do Partido Socialista. Ora, o Partido Socialista esteve vinte anos no poder. São portanto dois mandatos, ou seja, oito anos, a que essa auditoria não vai fazer referência. Mas se calhar eu percebo o porquê. Porque é que eu percebo o porquê? Porque, nesses dois mandatos que não são contemplados pela auditoria, o Senhor Vereador João Manuel deste Executivo, também fazia parte desse Executivo do Partido Socialista. Nesses dois mandatos. E portanto, acho que essa auditoria não contempla esses tais dois mandatos precisamente por causa desta questão. Porquê? Porque o Senhor Vereador João Manuel e o Executivo Permanente do PSD resolveram de forma artificial fabricar uma maioria, coisa que o povo não havia conferido nas urnas. ***

Depois, a questão da organização dos serviços. Logo que este Executivo tomou posse e concretamente na última Assembleia do ano passado, vem-nos com a proposta de uma reorganização. Essa reorganização nem sequer tinha um estudo na sua base. E o Partido Socialista, na altura, enfatizou precisamente essa questão. E portanto, de cinco passaram para quatro as divisões. E o curioso é que, passados nove meses, passados nove meses, volta novamente à carga com uma nova reorganização. E então de quatro novamente para cinco. Mas o mais interessante nisto tudo é que o Partido Socialista suspeitava e punha em causa essa reorganização e afirmava que essa reorganização visava única e exclusivamente os favores políticos, o nepotismo. E essa questão veio-se a confirmar porque o Senhor Vereador Adérito Figueira, quando interpelado e quando usou da palavra, disse isso precisamente, que votou a favor esta questão porque estava em causa a promoção de quatro familiares. Isso, quem esteve aqui presente ouviu e consta na acta. Portanto, na altura essa questão foi chumbada e o Executivo Permanente do PSD, a exemplo da auditoria, eis que tinha que fazer passar essa questão à força e convocou uma Assembleia Extraordinária com esse fim, com esse propósito. Aliás, devo dizer que essa Assembleia, do meu ponto de vista, estava imbuída de ilegalidade, tal como consagra a Lei N.º 75 de 2013, nomeadamente os artigos 28.º, n.º 1. Alínea a), o artigo 50.º, n.º 1 e o artigo 51.º. ***

Depois, reportando-me ao orçamento de 2014. Era um orçamento que não tinha nada de novo. Era uma perfeita banalidade. Tinha-se que se fazer o orçamento porque uma Câmara não pode governar, mas tinha três novidades que eu fui falando ao longo das sessões nessa questão, nomeadamente Universidade Sénior, Unidade Móvel de Pequenas Reparações e Unidade de Saúde. Ora, até ao momento zero, zero.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

Paradoxalmente, poder-se-á dizer que a acção política deste Executivo ao longo deste ano, dois meses e sete dias tem sido a de fazer a devastação daquilo que são as obras de referência do Partido Socialista, nomeadamente o Auditório Municipal que desde Abril se encontra fechado. E ao acontecer isso priva-nos de um bem essencial que é a cultura. E reporto-me nomeadamente aos concertos que a Banda de São Mamede dá no Natal e também a Banda de Carlão, às vezes alternadamente, Natal e Ano Novo, em que, pelo menos do meu conhecimento, são as únicas situações com essas duas Bandas, em que o Auditório esgota. E portanto, o PSD trata a cultura como uma coisa secundária, apesar do Senhor Presidente ter reconhecido no ano passado, no Natal, que a cultura era extremamente importante e eu corroboro isso. ***

Depois, a Pousada de Juventude encerrada. Posto de Turismo do Pinhão e de Alijó encerrados, apesar do discurso no 25 de Abril do Senhor Presidente e da promessa numa Assembleia Municipal de que iria abrir o Posto de Turismo com a dignidade que merecia. Pelos vistos a dignidade que merece é estar encerrado. ***

Depois, o tão famoso Parque Eusébio. Para quando a conclusão? Nem sequer sabem o nome que lhe hão-de dar porque foi de tal forma a polémica do nome que nem sequer sabem disso. ***

Atlético Clube Alijoense encerrado. E não se preocuparam minimamente com a importante missão que tem tido este Clube junto, acima de tudo, das camadas mais jovens. ***

As Associações Culturais, a não ser os transportes não há apoios financeiros. Não se preocupam com a questão da dinamização e etemização daquilo que é a nossa memória cultural. E aliás, aqui neste ponto em termos de cultura, quero lamentar o facto de nas comemorações dos 215 anos de existência daquela que é a instituição cultural mais antiga do Concelho, a Banda Filarmónica de São Mamede, nenhum membro do Executivo Permanente do PSD esteve presente. Mas noutras situações estiveram, nomeadamente na Feira do Amieiro, nomeadamente, mas poderia dar outros exemplos. ***

Depois, reunião de Câmara de 13 de Outubro. Nunca tal foi visto no Concelho de Alijó. Em quarenta anos de Democracia, pela questão, é aquilo que se sabe, pela questão de quatro minutos, inviabilizaram essa reunião de Câmara, quando efectivamente todas as reuniões de Câmara nunca começaram a horas. ***

Portanto, para concluir, este Executivo Permanente do PSD não foi capaz de pôr no plano praxiológico uma única medida do seu programa eleitoral. E portanto, o tal mar de rosas a que eu aludi inicialmente parece-me a mim que se está a tomar num mar de espinhos. Conclui. ***

----- **DEPUTADO CÉSAR SEXAS (MAIS):*****

É a primeira vez que estou presente nesta Assembleia, quero cumprimentar todos, desejar umas boas festas e continuação de umas boas entradas. ***

Eu apenas pretendo um pedido de informação. Saiu o novo quadro de apoio comunitário e eu gostava de saber que medidas estratégicas estão ao dispor dos nossos Municípios para divulgar, incentivar as medidas previstas nesse quadro de apoio? É só, obrigado. ***

----- **DEPUTADO ALCEU MENDES (PSD):** ***

Por motivos profissionais o Deputado João Vilela pediu para deixar de ser porta-voz do Grupo Municipal do PSD. O Grupo Municipal do PSD incumbiu-me a mim desta missão e portanto estou aqui, dentro das minhas possibilidades, para tentar dar o meu contributo e podemos

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

7

trabalhar todos em prol daquilo que nos reúne aqui, que é o desenvolvimento do Concelho e o bem-estar das suas pessoas e das suas gentes. ***

E começaria também por me congratular com a presença do Senhor Presidente da Câmara. É muito bom vê-lo aqui entre nós, completamente recuperado, penso eu, e portanto desejar-lhe a continuação do trabalho profícuo em prol do desenvolvimento do Concelho. ***

Gostaria também de salientar o trabalho feito pelo Executivo, nomeadamente pelo Senhor Vice-presidente na ausência do Senhor Presidente, que de facto, na minha opinião, se excedeu e que contribuiu para que o desenrolar das actividades do Município decorresse dentro da estabilidade e da normalidade desejáveis. ***

Depois disto gostaria ainda de dizer que as comemorações dos quinhentos anos e vou apenas referir-me a isto, para dizer que, lamentavelmente e contrariamente àquilo que eu desejava e que todos nós desejaríamos, foi mais uma oportunidade perdida. Quando o Escultor Laureano Ribatua apresentou esta ideia aqui, foi acolhida por todos nós, mereceu a criação de um grupo da organização e depois, na parte final, o PS inviabilizou aquilo que seria por todos nós desejável, exactamente um debate profundo sobre o futuro deste Concelho. Penso que de uma maneira geral correu muito bem e houve de facto aqui um debate com presenças importantes que deram bons contributos, nomeadamente no explanar das energias, das potencialidades energéticas do nosso Concelho e de tantas outras, mas aquele debate que devia ter sido feito por nós todos que aqui vivemos todos os dias, infelizmente voltou a ser adiado, porque o PS, por motivos que de facto não colhem, resolveu não estar presente. ***

Por último, dizer que não contem comigo para, enquanto líder de porta-voz do Grupo, para entrar em chicanas políticas. Lutarei sempre para podermos, para que ponhamos de parte a cor da camisola, da nossa camisola política, nos preocupemos mais com o desenvolvimento do Concelho e o bem-estar das suas populações. Eu gostaria aqui de salientar o exemplo que no fundo neste tempo nos é dado, ao longo deste ano que passou, pelos dois Vereadores, quer o João Manuel, quer o Adérito, que de facto têm sido na minha opinião o exemplo disso, isto é, depois do desenrolar das épocas eleitorais acho que era fundamental e acho que é isso que os munícipes do nosso Concelho nos exigem, era de facto pormos um bocadinho de parte a cor da nossa camisola e tentarmos colaborar para o bom desenrolar e para o bom desempenho do Executivo com as nossas sugestões e com as nossas preocupações, actividades e não com uma oposição sistemática que eu acho que não leva a lado nenhum. Quem acabará por sair prejudicado será o próprio Município. Para já é tudo, muito obrigado.***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** ***

Um cumprimento muito especial, também nesta época especial, a todos vós e um profundo desejo de que a passagem de ano e o ano de 2015 se transforme num ano próspero e de bom, pelo menos com saúde para todos vós. ***

Eu vou ter aqui uma intervenção que está escrita, que vai ser rápida, mas vou já responder um pouco ao Senhor Alceu, dizendo que, em primeiro lugar manifesto a minha solidariedade e também ao mesmo tempo o agradecimento por se dispor a liderar a Bancada do PSD, mas desde já discordar em duas coisas. Tem a ver com a questão da camisola, das questões políticas. A mim ensinaram-me sempre a dizer que para nós procurarmos o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas não temos que estar todos de acordo e começo já por discordar nessa oposição que referenciou aí, que é uma oposição que vocês vão-se apercebendo que ela tem razão de ser, de existir e os factos vão-nos acabar por dar razão. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

8

De seguida vou fazer também uma retrospectiva daquilo que foi o tempo de mandato do actual Executivo. Passados que estão 433 dias de responsabilidade de governação deste executivo Permanente no Município de Alijó chegou a hora de todos, todos nós, fazermos um balanço da sua actividade. A análise na avaliação não só do Grupo de Deputados do PS, mas na generalidade dos Municípes, sobretudo de numa larga maioria que apoiou e acreditou neste PSD local, apresentou um resultado não negativo, mas sim muito negativo. Senão vejamos: ***

Tal como se esperava, a impreparação, mas também a grande incapacidade deste Executivo Permanente é uma triste e profunda realidade. Temos como exemplo os orçamentos até ao momento apresentados. A falta gritante de assumir as suas responsabilidades quanto aos erros sucessivos de gestão dos recursos financeiros do Município, com falhas crescentes na elaboração de processos não só administrativos, mas sobretudo na utilização que se quer e deseja rigorosa e transparente na utilização dos dinheiros que são públicos. ***

A forma teimosa e carregada de prepotência como pretende transformar uma minoria em maioria utilizando todos os meios possíveis e imaginários para não respeitar e acatar a opinião construtiva e solidária da oposição. ***

O refúgio no silêncio, escondendo-se às questões levantadas através do desconhecimento e até agora, ignorando as ideias e os bons exemplos do passado, do grande e orgulhoso passado do PS à frente dos destinos desta Câmara Municipal. ***

A falta de visão no futuro. A demonstração clara e inequívoca da ausência de ambição, redundaram numa paragem e estagnação a este Município de que não há memória no seu passado. ***

A obsessão de estrategicamente denegrir e insultar publicamente os antigos responsáveis pelos destinos desta Câmara, mesmo sabendo que o que está em causa é o bom nome e a nobreza de todo um Concelho de Alijó que se quer e pretende próspero e desenvolvido. ***

A forma leviana, atabalhoada e desastrosa como este Executivo apresenta dados relativos às contas Municipais, que mais importante do que delinear uma estratégia para a sua resolução, refugia-se na utilização de termos como «perto de», «sensivelmente», «quase», «aproximado», etc., etc., etc.. ****

A continuidade e insistência na aprovação de matérias já sujeitas a votação e devidamente reprovadas, utilizando os esquemas mais estranhos na manipulação de pessoas e instituições, para teimosamente e muitas vezes por birra, levarem por diante apenas meras intenções.***

A menospresente e lamentável serenidade com que assiste e até promove o encerramento de equipamentos públicos e de serviços para a população, demonstrando inércia e incapacidade para ultrapassar dificuldades ao seu alcance.***

As tentativas obcecadas na realização de eventos, na desesperada vontade de obter ganhos políticos, mas desorganizadas, descontextualizadas e vazias de conteúdo e de interesse municipal, mas sobretudo no aproveitamento da presença de pessoas em acções há muito tempo calendarizadas demonstra uma clara e manifesta falta de mobilização ao nível de participação cívica, das pessoas e gentes desta terra.***

Finalmente o mais grave e o registo de maior indignação tem sido o constante delapidar do maior e mais valioso património desta Câmara, os seus recursos humanos. A instabilidade, a indefinição quanto ao futuro, as nomeações políticas, a tentativa de instalar o sentimento de

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

9

medo e não o de respeito, assim como toda a gestão dos recursos humanos da autarquia revela-se desastrosa, denotando impreparação e incapacidade na utilização de tão importantes e necessários meios que tanto contribuíram e contribuem para o progresso e desenvolvimento harmonioso do nosso Concelho. ***

A este desgoverno, o PS como Partido responsável e preocupado, não pode nem deve continuar a assistir a esta caminhada para o precipício, considerando que o tempo passado já fora suficiente para este Executivo responder às verdadeiras necessidades efectivas e prementes do Município. Chega de experimentalismos, chega de estagnação, chega da falta de ambição, chega de pobreza criativa, chega de falta de vontade na obtenção de um rumo, de um caminho e de um verdadeiro e consequente interesse do bem-estar da população do Concelho de Alijó. Muito obrigado.***

——— **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS): *****

É com prazer que observo a presença do Senhor Presidente nesta reunião. Significa que o seu estado de saúde melhorou, o que é muito bom, em primeiro lugar para o Senhor Presidente, depois para o Executivo Municipal que fica completo e também para os Municípes que querem vê-lo a exercer as funções para as quais foi eleito, de forma a poder executar o projecto a que se propôs para o Concelho. ***

Aproveito esta oportunidade, para na pessoa do Senhor Presidente, agradecer ao Executivo Municipal a verba disponibilizada para a minha Freguesia no corrente ano. Obviamente que quem recebe acha sempre pouco, mas atendendo à conjuntura e à realidade financeira do Município só me resta dizer obrigada. ***

Quero ainda referir-me a algo que muito me entristece enquanto Presidente da Junta. Trata-se da iluminação pública na minha Freguesia. Lamento que haja tantas lâmpadas fundidas há tanto tempo, isto para não falar naquelas que o Município mandou desactivar. Há ruas inteiras às escuras. As pessoas queixam-se e nós sentimo-nos impotentes na medida em que a EDP não está a responder aos nossos pedidos. Já contactei várias vezes os serviços das avarias sediados em Lisboa, que anotam a ocorrência e se limitam a dizer-me que no prazo de dez dias as lâmpadas vão ser substituídas. Volto a telefonar, dizem a mesma coisa e ainda caem no ridículo de ao terceiro, quarto ou quinto telefonema sobre o mesmo assunto me responderem que afinal, o ponto de luz em questão foi desactivado pelo Município. Pergunto, o Município recentemente mandou desactivar algum ponto de luz na União das Freguesias do Pópulo e Ribalonga? Se tal não se verificou estamos a ser muito mal tratados pela EDP, pelo que proponho se reveja o contrato existente, porque a iluminação pública é um bem básico e essencial nas aldeias do nosso Concelho e ao qual todas as pessoas que lá vivem têm direito. Muito obrigada. ***

——— **DEPUTADA AURELINA CARVALHO (PSD): *****

Foi com muito agrado que observei que a candidatura efectuada ao projeto "Terras de Culinária", cujo objectivo principal foi criar um roteiro gastronómico, obteve um segundo lugar, promovendo desta forma o que de melhor temos no nosso Concelho.***

Quero também felicitar todas as Freguesias que participaram no cortejo/desfile, com recriação histórica, realizado no passado dia 9 de Novembro, no âmbito das comemorações dos 500 anos da atribuição do Foral Manuelino à Vila de Alijó, demonstrando que querer é poder, pois com poucos recursos financeiros conseguiram presentear-nos com trabalhos e recreações

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

70

fantásticas, conseguindo também movimentar e unir pessoas, o que permitiu que o desfile tivesse o sucesso que teve. ***

Por último, e enquanto Presidente da Freguesia de Alijó, queria agradecer ao Escultor Laureano Ribatua pela forma como pensou o monumento evocativo dos 500 anos da atribuição do Foral da Vila de Alijó, pois de uma forma simples e elegante, conseguiu que o mesmo ficasse como um marco importante na história e cultura do nosso Concelho. É tudo.***

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS): *****

Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de representante do Movimento MAIS congratulo-me com a presença e o retomar das funções como Presidente nesta Assembleia. ***

Vou agradecer aos Senhores Deputados que aqui evidenciaram alguma motivação para me estimular a empreendimentos futuros na natureza da cultura. Devo dizer que estou muito contente por assumir esta iniciativa e julgo que este momento cultural assinalado no seu final merece a consideração, não de quem fez, mas sobretudo de quem vai fruir deste memorial. O Concelho teve um momento alto de cultura, que me permite atrevidamente pedir à Mesa, que aprove, ou não aprove, um voto de louvor à Comissão que desenvolveu este projecto. Julgo que é um momento em que a cultura tem que ser também aferida. Nem tudo será mau na gestão desta Autarquia, não estou aqui para avaliar causas e feitos do tempo de governação. A seu tempo tomarei as minhas decisões e as minhas opiniões quando for oportuno. É tempo, neste momento, de saber que há uma Autarquia que também tem objectivos culturais e que a pouco e pouco se vão anunciando. A seu tempo e com o tempo preciso, para que as coisas se acomodem, eu estou confiante. Obrigado a tudo o que aqui foi dito em prol deste movimento que o Concelho de Alijó promoveu, assistiu e partilhou. ***

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD): *****

Quería felicitar e congratular a Comissão Organizadora pelo bom trabalho efectuado nas Comemorações do Foral Manuelino. Quería também felicitar a inauguração da Unidade Móvel de Pequenas Reparações no dia 11 de Novembro, feriado municipal do Município. ***

Gostaria também, já agora de aproveitar o momento, para perguntar - e falando mais de coisas sérias porque é aquilo também que nos leva a estar aqui presentes - ao Senhor Presidente da Câmara, em relação ao Auditório Municipal, qual o ponto de situação do Auditório, se já temos novidades em relação a este edifício? ***

Gostaria também de perguntar se já temos ou não novidades em relação à auditoria intema aprovada nesta Assembleia? ***

E por fim, gostaria de lembrar que o dia 6 de Janeiro de 2015 está a chegar. Nesta data festeja-se a Feira de Reis na Freguesia de Vila Verde, que comemora este ano os 100 anos de Feira. Portanto este ano vai ser certamente uma festa ainda mais engrandecedora, pelo que gostaria de ver toda esta Assembleia representada neste dia. ***

Entretanto também gostaria, falando de Vila Verde também, de saber se aqueles problemas de água na aldeia de Perafita estão resolvidos para que no próximo verão sejam um mal menor e que não leve aos problemas que levaram este ano. Obrigado. ***

----- **DEPUTADA GLÓRIA VEIGA (PSD): *****

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

11

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo seu regresso e disse:***

Quero também eu homenagear a Comissão dos 500 anos do Foral e estranhar a posição do Grupo do PS, que tanto pugna pela cultura, tantas lições aqui dá de desenvolvimento cultural e que se abstém de participar num evento que foi um símbolo de cultura no Concelho. Reuniu as várias Freguesias no seu cortejo etnográfico, houve representação de todas as IPSS do Concelho, que tiveram oportunidade de mostrar o que fazem, de divulgarem o seu trabalho, houve a inauguração da Unidade Móvel, que afinal é uma realidade. Se o Senhor Deputado estivesse estado presente, se calhar tinha visto que a Unidade Móvel esteve exposta à frente da Câmara Municipal. ***

Gostava também de referenciar a estranheza pela qual os Senhores Deputados também se abstiveram da Reunião Extraordinária. Eu acho que este é o local exacto e o único local onde nós todos e por isso é que é Democracia, podemos manifestar a nossa opinião. A ausência dos Senhores Deputados, parece-me a mim, foi um recuo na posição que tinham tido afinal na reunião anterior, uma vez que ao votarem contra, acharam que não concordavam com a opinião da reestruturação organizacional da Câmara. Ao faltarem à reunião não manifestaram. Vêm agora dizer que " estava assim, que estava assado" não interessa. É aqui e é neste local que nós pugnamos pelos interesses do Concelho. ***

Gostava também, também muitas vezes aqui dizem que sim senhora, que é preciso debater o Concelho, mas também se abstiveram de vir à participação do futuro do Concelho. ***

Os Senhores Deputados também estão sempre a dizer que este Executivo que é a inércia total, que o Concelho vai desta para pior. Eu lembro aos senhores Deputados que foi durante o mandato do PS que fecharam a grande maioria das escolas primárias e a quase totalidade das extensões de saúde. Serviços que eram muito importantes para as Freguesias e que se viram despidas desses serviços. Que eu saiba, este Executivo ainda não fechou nada do que está no Concelho, antes pelo contrário, tem vindo a preservar todas as instituições que aqui se encontram. Falavam e apregoavam que iam fechar as Finanças, iria fechar o Tribunal, não fechou nem Finanças, nem Tribunal e isso deve-se à força que o Executivo Permanente fez junto das entidades responsáveis. Por isso, quando vêm dar lições de quem abandonou o Concelho, de quem provocou o empobrecimento do Concelho, revejam-se nele se faz favor.***

----- **DEPUTADA SÓNIA PIRES (PSD):** ***

Começo por fazer uma pequena intervenção sobre as comemorações dos 500 anos da atribuição do Foral à Vila de Alijó. Com estas comemorações vivemos mais um momento de aproximação da nossa população com a história e identidade do concelho de Alijó. Na qualidade de representante da Bancada do PSD na Comissão Organizadora deste evento, congratulo-me por trabalhar com esta equipa e por termos recebido por parte dos alijoenses o reconhecimento por todos os esforços feitos para engrandecer o Concelho. ***

Posteriormente, esta Comissão, este Grupo de Trabalho, elaborou um relatório de auto-avaliação sobre este evento. Esta avaliação teve em conta as observações e sugestões efectuadas por visitantes, expositores, pela observação directa e por dificuldades sentidas pelo grupo, onde se refere como por exemplo pontos fortes o espírito de entreatajuda do grupo de trabalho, uma resolução atempada de problemas apresentados pelos expositores. Outro ponto forte foi a boa afluência dos visitantes, particularmente nos períodos da abertura da Feira, espectáculos a decorrer no espaço e o sucesso do cortejo com recriação histórica. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

72

No entanto, numa auto-avaliação também surgem de facto os pontos fracos e para além das condições climatéricas adversas, também foi referenciada a pouca afluência de funcionários da Câmara Municipal e Deputados Municipais, quer nas sessões solenes, no colóquio, quer noutras actividades do evento.

Ainda sobre esta matéria e saindo agora da Comissão Organizadora e vestindo a camisola de Presidente de Junta, face à quantidade e aspirações das pessoas que participaram no desfile no dia 9 de Novembro, eu congratulo-me pela participação activa das Juntas de Freguesia presentes, todas as pessoas presentes pela sua dedicação e empenho, fazendo assim afirmar a identidade e a cultura de cada uma das suas Freguesias.

Por fim, pretendia enaltecer publicamente a retribuição do agradecimento feito por escrito pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Organizadora, pelos Presidentes de Junta e Deputados que contribuíram para o sucesso das Comemorações dos 500 anos da atribuição do Foral à Vila de Alijó. Muito obrigada.***

———— **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): *****

Eu tinha aqui umas questões, algumas delas já foram debatidas - e bem - pelos meus colegas de Bancada. Quero salientar a intervenção do Deputado Telmo Pinto que não é preciso dizer mais nada, está lá tudo escrito. Portanto eu vou-me escusar a referir certos aspectos, porque se não vamos estar aqui a maçar os Senhores Deputados com os mesmos temas. ***

Portanto, eu tenho aqui apenas algumas questões directas ao Senhor Presidente da Câmara. Uma delas já a fiz na última Assembleia Municipal, tem a ver com a presença do Dr. José Maria nas reuniões de Câmara, como tem vindo a ser solicitada constantemente pelos Senhores Vereadores. Não sei se até hoje já foi e eu gostaria de saber em que ponto está essa situação e se há disponibilidade para o Senhor Presidente pedir ou solicitar ao Senhor Dr. José Maria para ir prestar esses esclarecimentos aos Senhores Vereadores, ***

Depois tenho também outra questão, que aqui já foi levantada, a questão da Unidade Móvel. Eu quero também perguntar ao Senhor Presidente para quando a entrada em funcionamento? Já que ela esteve exposta, portanto presume-se que deva entrar o mais rápido possível ao serviço dos Municípios. E quero também dizer que neste ponto, esta era uma actividade, era um trabalho, que há muitos anos o Partido Socialista vinha a fazer sem precisar daquela carrinha e sem precisar daquele espectáculo de mostrar uma carrinha e decorá-la com autocolantes. Essas pequenas reparações junto dos mais necessitados sempre foram feitas, se calhar não foram registadas ou manifestadas publicamente. Porque é isso o espírito socialista, estar sempre junto dos mais desfavorecidos. Portanto eu queria então saber para quando a entrada em funcionamento e queria também por outra questão muito importante que é saber se vai haver um regulamento para essa Unidade Móvel, para ser apreciado também aqui na Assembleia Municipal e ver se de facto é aquilo que se apregoa? ***

Quero também dar os meus parabéns ao Senhor Escultor Laureano Ribatua. Eu quero dizer que não estive presente nas comemorações, mas tive oportunidade de passar ali pelo jardim e vi o monumento que ele fez ali. Particularmente não concordo, mas isso é outra situação. Eu quero-lhe dar os meus parabéns porque de facto o Senhor Escultor mostrou bastante flexibilidade enquanto artista. Normalmente os artistas não costumam ser tão flexíveis, porque projectou a obra para um determinado espaço e depois conseguiu enquadrá-la num outro espaço ali no jardim. Portanto, desde já os meus parabéns. No entanto, eu vou também explicar porque é que pessoalmente não concordo com aquele monumento, porque aquela praça em si, vou chamar

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

73

praça àquela rotunda, porque de facto não é uma praça é uma rotunda, tem ali o símbolo mais nobre do nosso Concelho. E refiro-me concretamente a outra obra, que eu considero a obra-prima do Escultor Laureano Ribatua, que é o Homem do Douro. Quando me refiro ao Homem do Douro refiro-me ao Homem e à Mulher. Não só por aquilo que a estátua é em si, mas por aquilo que ela representa. A estátua do Homem do Douro representa todo o sangue, suor e lágrimas que os habitantes deste Concelho tiveram ao longo de séculos da nossa história para construir aquilo que o Concelho é hoje em dia. Por isso, aquilo representa todos os nossos Municípes. É para isso que nós trabalhamos. E isso sim, na minha opinião, é o verdadeiro valor do Concelho de Alijó. São os nossos municípes é para eles que nós trabalhamos. ***

Por último, Senhor Presidente, vou-lhe deixar mais uma questão, já que o meu amigo e colega Telmo Pinto teve o cuidado de fazer aqui a avaliação do mandato do PSD ao longo de um ano e outros Senhores Deputados também o fizeram, cada qual com a sua opinião, mas continuo a dizer que partilho pessoalmente da opinião do Deputado Telmo Pinto, do Deputado Luís Lameiras e de outros que também estiveram bem nesse assunto, quero-lhe deixar uma outra proposta. Desta vez uma proposta ligeiramente diferente e que é a seguinte: eu sugeria ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma auto-avaliação daquilo que o seu Executivo, o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores fizeram ao longo deste mandato. Mas peço-lhe Senhor Presidente faça uma auto-avaliação não tendenciosa. Olhe bem para este ano que passou e diga-nos claramente aqui, olhos nos olhos, aquilo que correu bem, aquilo que correu menos bem e aquilo que correu mal neste primeiro ano de mandato. De momento era só, muito obrigado.***

——— **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** ***

Quando fui eleito para esta Assembleia, um dos lemas era primeiro as pessoas e depois as coisas. É por causa das pessoas que eu estou aqui e é por causa das pessoas que eu irei defender sempre o meu partido, custe o que custar. Chegou-me à mão um caso dramático, de uma pessoa cujo marido morreu na barragem. Não foi contemplada a quase nada por uma indemnização. Cinco mil euros foi quanto recebeu de indemnização. Trabalhava para a Câmara Municipal de Alijó requisitada ao Fundo de Desemprego ou ao Centro de Emprego, está desempregada e está em condições dramáticas. Estas pessoas é que me levam a estar aqui sentado. Por isso, gostava de apresentar uma Moção para esta Assembleia aprovar e seguir todos os trâmites legais, onde chegar e ser possível. Senhora Presidente entregava a Moção.***

Foi lida a Moção, a qual é anexada a esta acta. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

74
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REGISTO DE LEGISLAÇÃO
N.º 93
Em 27/12/2014

MOÇÃO

27/12/2014.
[Handwritten signature]

MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO PELA FORMA COMO FOI TRATADA UMA FAMÍLIA APÓS A MORTE DO SEU CHEFE

Uma derrocada nas obras da barragem de Foz Tua provocou a morte de três trabalhadores, que residiam nos concelhos de Alijó, Armamar e Cabeceiras de Basto. O acidente ocorreu cerca das 13.30 horas do dia 26 de Janeiro de 2012, na margem esquerda do rio Tua.

Uma situação lamentável, passível de acontecer em qualquer obra, que levou três famílias a perderem o seu "líder" de forma inesperada.

A vítima de Alijó, Valter Rodrigues, de 54 anos, residia no lugar da Póvoa, freguesia de Cotas, concelho de Alijó e deixou viúva, Maria Manuela Rodrigues, e cinco filhos.

O respeito pela vida humana e pela família das vítimas foi algo que não aconteceu, em particular para com a família de Valter Rodrigues, que foi "compensada" pela perda humana com o valor simbólico, e verdadeiramente ofensivo, de 5.000€ de indemnização e as despesas de funeral, num ato de verdadeiro desrespeito pela dignidade humana. A dona da obra, a EDP, ao que se sabe, também não mostrou preocupação pela situação em que ficaram as famílias ao ficarem órfãs do seu chefe.

Maria Manuela Rodrigues está, neste momento, desempregada e numa situação difícil, tal não acontecerla se ainda tivesse o seu marido a seu lado

Pelo exposto, vem a Assembleia Municipal de Alijó manifestar o seu mais profundo repúdio pela forma como esta família foi tratada e pedir que esta, use todos os meios ao seu dispor, para que esta injustiça seja reparada. A Assembleia Municipal de Alijó apresenta toda a sua solidariedade à família, na pessoa da Sr.ª Maria Manuela Rodrigues.

Assembleia Municipal de Alijó, 26 de Dezembro de 2014

O Deputado,

António José Lousa

[Handwritten signature of António José Lousa]

PRESIDENTE DA MESA: ***

"Portanto é uma Moção, segundo entendi, para manifestarmos o repúdio pela forma como foi tratada esta família não é?" ***

Deu a palavra ao Senhor Deputado Laureano Guedes após este a ter solicitado. _____

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

15

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS): *****

Senhora Presidente da Assembleia, eu apenas ia interrogar esta Assembleia, se a Assembleia não estaria disponível para ir mais além. Porque, realmente isto é um manifesto, é um requerimento que poderia acompanhar um apoio jurídico para proteger realmente esta família injustiçada. Não poderia esta Assembleia definir esse pedido à autarquia de poder exercer uma protectoria jurídica sobre este caso? É uma pergunta que eu faço à Assembleia e à Senhora Presidente da Assembleia. ***

-----A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela após este a ter solicitado***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):*****

Queria perguntar novamente ao Senhor Deputado António José Lousa, porque de facto não percebi bem na sua intervenção, peço desculpa, é que também foi referido por ele, que a Senhora estaria a trabalhar na Câmara Municipal, ou requisitada e era isso que eu queria saber?***

----- **PRESIDENTE DA MESA: *****

O que me ocorre dizer, respondendo ao Senhor Deputado Laureano Guedes, eu não conheço o caso em si, estou a conhecê-lo em primeira mão. Fala-se aqui já de uma compensação. Eu não sei se a Senhora já deu quitação por todos os danos que teve ou se prescindiu de mais alguma coisa. De qualquer maneira, em termos de protecção jurídica, eu também devo dizer, e alguns saberão, que a Senhora se não tiver meios pode sempre beneficiar do apoio judiciário, ter um advogado para a representar. É isso o que me cumpre dizer.***

Deu a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues após este a ter solicitado. ***

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD): *****

Boa tarde a todos. Eu não ia intervir até porque eu não estava a par da situação que o meu colega de Bancada apresentou, mas estou dentro do assunto pessoalmente, até porque é uma pessoa que é da minha família, é uma pessoa das minhas ligações e é uma pessoa da minha Freguesia. E apresta-me dizer que fico muito surpreendido com a admiração desta situação junto desta Assembleia, porque foi um caso que aconteceu na nossa Freguesia, não foi assim há tanto tempo, foi até há relativamente muito pouco tempo, foi um caso que badalou os jornais, foi um caso onde a Senhora, inclusive, já esteve num programa de televisão a pedir apoio e admiro muito que os nossos Deputados fiquem surpreendidos com esta situação. Mas mais me admiro ainda é que a Senhora já tentou por vários meios, junto de várias entidades, quer junto da Segurança Social, quer junto da EDP e afins, uma solução para a situação em que ela se encontra. Ou um apoio. Às vezes nem é um apoio tão financeiro, mas também, mas também um apoio psicológico, até por parte dos serviços da Câmara Municipal, dos quais foi requisitado. E eu sei daquilo que estou a falar porque eu estive dentro desse assunto quer como autarca, quer como pessoa amiga da família e meus familiares até directos, inclusive.

E dizer-vos ainda que esta Senhora estava a prestar um serviço no infantário do Castedo. Precisamente não sei os moldes em que foi requisitada, sei que estava lá, segundo aquilo que me parece, que eu não estou muito bem dentro do assunto, mas parece que por um programa qualquer que a Câmara Municipal teve. Visto que esse programa acabou, ou se não acabou está para acabar, ela foi um tanto ou quanto deixada ao abandono e ela já me fez chegar

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

76

precisamente essa dificuldade, quer financeira, mas também não só. Eu continuo a dizer porque às vezes não é só uma questão financeira, também é a outra questão que me atrevo a dizer, até carinhosa, aquela questão dos serviços municipais poderem prestar algum apoio até digamos, de algum técnico, psicológico e etc., etc., esse tipo de situações. ***

Mas deixem-me dizer-vos Senhores Deputados e continuo a dizer-vos isto e é uma situação que me deixa um bocadinho amargurado é que estamos a falar de pessoas, estamos a falar de gente da nossa terra e de gente que luta muito e luta todos os dias pela sua sobrevivência e não só, pelo afecto de nós todos e a mim surpreende-me muito os Senhores Deputados não saberem desta situação ou não terem conhecimento. Podem não terem um conhecimento tão profundo, mas no mínimo e até porque estamos a chegar infelizmente à comemoração do terceiro aniversário do falecimento das pessoas, que é agora brevemente, e dizer-vos que é triste ter que acontecer uma situação destas para nós nos lembrarmos disto. E acho que os serviços municipais haviam de olhar para este tipo de situações e até porque eu concordo com o Tozé quando digo que nós estamos aqui ao serviço da população, das pessoas e é para isso que nós nos propusemos a ganhar eleições e é uma situação que nós Deputados havíamos de olhar todos. Ainda mais agora nesta época natalícia, que é aquele espírito de Natal, aquele espírito que a gente tem que diz assim, para ficar bonito na fotografia, dizemos assim " amemo-nos uns aos outros como eu vos ame!" e acho que devíamos olhar para isso. ***

E eu faço um apelo ao Executivo da Câmara para olhar para a situação desta Senhora, visto que ela é uma funcionária, não é com vínculo à Câmara, mas através de um programa da Câmara, para olhar para ela com olhos digamos com um bocadinho mais, se não for de humildade, mais caridade. E era só isso Senhores Deputados e Senhora Presidente da Assembleia.***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado Alceu Costa após a ter solicitado***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** ***

Muito simplesmente para dizer que eu também fui surpreendido e penso que não é caso para tanta admiração para eu ficar surpreendido, porque tanto quanto eu ouvi e sei, isto aconteceu no Executivo anterior. Portanto, as pessoas estão aqui nesta Assembleia não são as mesmas que estavam na Assembleia nesse tempo. Portanto, nós não temos obrigação de estar por dentro, aliás nem sequer sabemos quais foram as démarches que na altura a Assembleia e a Câmara de então terá feito para esse efeito. Portanto, sobre esse aspecto penso que não há razão para tanta admiração por nós não sabermos. ***

O segundo aspecto que eu queria dizer, naturalmente que a Bancada do PSD, penso que todos nós por unanimidade estaremos solidários em subscrever e apoiar esta Moção. E quando se fala aqui em 5000 euros, valha-me Deus, esse não é o custo de vida nenhuma. Aliás , a vida não tem custo. Mas com certeza que isso é apenas um começo e que naturalmente que há muito mais a exigir, desde o seguro a tantas outras coisas. E também concordo que se de facto nada disso está a ser feito e se o Executivo puder fazer alguma coisa, acho que sim, que nos devemos desdobrar nesse sentido. Muito obrigado. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** ***

O que está em votação é esta Moção. Eu penso que a Senhora é aquela Senhora que está lá atrás, presumo. Eu pessoalmente queria-lhe dizer aquilo que acabei de dizer. Eu não conheço o processo, não sei em que termos é que isso foi, se a Senhora já foi ressarcida, compensada e

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

17

que tem meios. Pode recorrer ao apoio judiciário, ter um advogado. E como é óbvio, também como em situações semelhantes, a minha solidariedade é total com a situação que a Senhora vive neste momento. ***

Portanto o que está em votação é esta aprovação, que é o voto de solidariedade para com esta Senhora e família. ***

Colocada em votação a Moção "Manifestação de repúdio pela forma como foi tratada uma família após a morte do seu chefe", foi a mesma aprovada por unanimidade. ***

Os Senhores Vereadores Adérito Figueira e João Gouveia solicitaram a palavra para defesa da honra, tendo a mesma sido concedida pela Senhora Presidente da Mesa. ***

----- **VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA (MAIS)** ***

Em primeiro lugar aproveito esta oportunidade para desejar uma continuação de boas festas a todos que é isso que está de facto em primeiro lugar. ***

Em segundo, eu queria responder aqui ao Senhor Luís Lameiras o seguinte, ou, aliás, avivar-lhe um pouco a memória, porque às vezes arranjam-se enredos para atingir determinados objectivos, mas quando se fala no nome de pessoas deve-se ter muito cuidado para se ser honesto. É que aquilo que disse, dizendo aquilo que eu disse, é uma pura mentira. Eu não disse nunca que tinha quatro, ou cinco, ou uma dúzia de pessoas de família para ir para esses lugares. Eu disse sim que tinha quatro pessoas potenciais candidatos. Se iam para esses lugares ou não, seu não sei, se você sabe, o concurso ainda não se iniciou, se porventura sabe quem é que vai, olhe eu estava interessado em saber e agradecia que o dissesse já. Era só, está a gravação da minha intervenção aí, suponho que existe gravação destas reuniões e se tiver dúvidas desafio-o a ver essa gravação. Continuação de boas festas e obrigado a todos. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** ***

Só para informar que há gravações e que também está em acta. ***-

----- **VEREADOR JOÃO GOUVEIA:** ***

Eu não tinha qualquer intenção de falar, porque eu já esclareci claramente a minha posição acerca do apoio ou não a este Executivo permanente. E fi-lo logo após as eleições. E fi-lo inclusive na Comissão Política a que eu tinha que responder. Disse que eu nunca inviabilizaria este Executivo, porque acima do meu partido - eu posso dizer ao Senhor Deputado Luís Lameiras que serviço ao partido o Senhor ainda não me dá lições, eu sirvo o partido há muitos anos - e disse-o que acima do meu partido estará o meu Concelho e as pessoas do meu Concelho. E fá-lo-ei sempre. Disse-o na Comissão Política após as eleições, que não inviabilizaria este Executivo e que tive o apoio unanime da Comissão Política. Se não estão recordados, aqueles que estavam lá que avivem a memória, façam aí um exercício de reflexão e vejam. Só mudou a posição da Comissão Política em relação a mim após a eleição da nova Comissão Política. E eu continuei e continuo com a mesma posição. Vou continuar, já disse, naquilo que for de interesse do meu Concelho eu estarei a apoiar este Executivo. Não estarei sempre de acordo, naturalmente, já o tenho manifestado algumas vezes, mas sempre que estiver em causa o meu Concelho eu não inviabilizarei este Executivo. Já o disse e repito. ***

Quanto à auditoria eu já o disse aqui, quem não deve não teme e se a auditoria foi a dois mandatos que seja a três ou a quatro mandatos, a mim não me faz diferença nenhuma. E se os Senhores estavam tão preocupados que não fosse só a três mandatos, fosse a mais dois,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

78

propusessem-no aqui na altura que alargavam a auditoria aos outros mandatos. Propusessem-no. É só isto.***

E quero desejar a todos um bom ano de 2015-***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** ***

Só para dizer que o Grupo Municipal do PS excedeu em dois minutos o seu tempo e o Grupo Municipal do PSD em três minutos.***

Deu novamente a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras após este a ter solicitado, apelando ao seu poder de síntese. ***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** ***

Em primeiro lugar quero responder ao Senhor Vereador Adérito Figueira. E é muito breve, não vou tecer aqui grandes considerações para lhe responder. É assim, aquilo que eu disse foi que o Senhor disse, porque está escrito em acta, que votou favoravelmente a questão da nova reorganização porque estava em causa, a promoção de quatro familiares seus. Se eu não disse que estava em causa a potencial promoção, então eu digo agora. Acho que não vale a pena estarmos a torear a questão. ***

Relativamente ao Senhor Vereador João Manuel é evidente que o Senhor é livre de tomar a posição política que achar mais adequada para si. Isso é evidente. Mas há coisas que são por demais evidentes. Então, o Partido Socialista não esteve na governação dos destinos camarários, dos destinos municipais durante vinte anos? Então o porquê da auditoria só se reportar aos três últimos mandatos e não aos cinco mandatos? É evidente que está implícito isto. Porque não sei, se não então expliquem-me o porquê? É evidente que está implícito nisto que não convém, não convém e não convém não sei porquê, não convém de certa forma molestar o Vereador João Manuel Gouveia. Acho que isso é evidente. E para já é só.***

----- **A PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto após este a ter solicitado. ***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):*****

Uma referência muito simples, também breve, relativamente àquilo que foi dito, num ataque acérrimo à Bancada do Partido Socialista e ao Partido Socialista em si próprio. Eu só quero dizer o seguinte: independentemente, eu corroboro por completo as pessoas que defendem as suas gentes, as suas populações e até pondo de parte a cor político-partidária para os órgãos que foram eleitos. Eu entendo perfeitamente isso e estou com esse tipo de pessoas. Agora há aqui um aspecto que a gente não pode de forma alguma branquear, porque é disso que se trata. O PS se quiser ser responsável e se quiser colaborar, que é isso que este Executivo e o poder instalado ainda não percebeu, é que se quiser colaborar e se quiser contribuir para o desenvolvimento deste Concelho, para o bem-estar destas pessoas, não tem que estar permanentemente de acordo com aquilo que são as medidas que este Executivo toma e em tudo aquilo que decide em prol deste Concelho. E temos assistido permanentemente a um desrespeito pela oposição, pela diferente opinião e por vezes somos ignorados por completo e absoluto sempre que a gente se manifesta e, nesta casa inclusivamente, quando uma outra proposta que vem cá e é reprovada, nós sabemos de antemão, num período espaço de tempo, sempre o mais rápido, é convocada, nem que seja necessário convocar-se uma reunião de Assembleia Extraordinária para que esse mesmo ponto seja aprovado. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

79

Portanto, perante isto já aconteceu em três situações o mesmo procedimento. E nós não podemos compactuar com essa situação. E vamos continuar com a nossa reunião. Muito obrigado.**

-----Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras para colocação de uma dúvida.***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** ***

É só para tirar uma dúvida. Há pouco nas intervenções dos Deputados do PSD, de certa forma o meu nome implicitamente veio à baila e portanto queria-lhe perguntar se eu depois poderia responder.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:*****

Ó Senhor Deputado, não vamos sair daqui, vamos só ouvir o Senhor Presidente, está bem?***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** ***

Tudo bem, tudo bem, não há problema. ***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** ***

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e a restante Mesa, os Senhores Deputados e os Vereadores e o público presente.***

Começo a minha intervenção por agradecer todas as mensagens e todas as formas como me expressaram as rápidas melhoras durante os seis meses em que eu estive ausente da Câmara Municipal. Tive visitas no hospital, tive cartas, tive mensagens, tive visitas em casa e a todos quantos quiseram expressar a solidariedade para com a minha saúde o meu muito obrigado. ***

E agora vamos então entrar na nossa reunião. Fui aqui visado, o Executivo foi aqui visado, de uma maneira que não corresponde exactamente à verdade e que eu vou ter que refutar e vou começar pelo Senhor Deputado Luís Lameiras. O senhor disse que eu fui eleito pelos agricultores e eu escrevi a frase que disse, que tenho estado contra o interesse dos agricultores. Refuto completamente. Que o senhor esteja desinformado, o problema é seu. Mas que isso seja verdade aí o problema é meu, tenho que o dizer. Relativamente aos agricultores e ao que se passa nesta região tive oportunidade na CIMDouro, fui eu que levantei o problema da Casa do Douro. Foi a partir da minha intervenção que se começaram a fazer comunicados a nível nacional, para o Governo a falar com as tutelas. Foi através disso, foi por causa disso, que o Senhor Secretário de Estado veio, que o Senhor Director Regional veio e foi a partir deste movimento. Eu consegui galvanizar mais três ou quatro Municípios à volta disto. Entretanto, dia 10 de Maio tive a infelicidade que tive e não acompanhei mais, a não ser com uns telefonemas que fiz a uns colegas meus de Câmara. Portanto, a posição foi concertada e é comum. Se quiser ler os comunicados da CIMDouro, estão completamente contra o que vai acontecer à Casa do Douro. ***

Relativamente ao fecho de serviços, foi publicitado no Grémio dos Viticultores, com uns cartazes, encheram aquilo tudo, a dizer que ia encerrar. Sabe o que é que eu fiz? Telefonei ao Senhor Presidente da Casa do Douro e exigi a presença dele aqui no mesmo dia. Às duas horas estávamos reunidos. Estivemos reunidos para aí até às cinco horas. Sabe o que é que aconteceu? Retiraram os cartazes que lá estavam e o Grémio está aberto, não fechou. Não sei

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

20

se se aperceberam disso. Porque é assim, havia uma autorização legislativa para promover um decreto-lei. Esse decreto-lei não tinha sido publicado. Eu chamei o Senhor Presidente da Casa do Douro e disse-lhe «donde é que vem tal poder ao senhor para dizer que vai fechar uma coisa que não tem força ainda, não há uma autorização legislativa? O Senhor não pode fechar, não pode fazer o que fez». Aliás, ameaçamo-lo de uma ação popular. Imediatamente ele foi para baixo, mandou retirar aquilo e continua o Grémio aberto. ***

Relativamente ao futuro do Grémio: preocupa-me imenso, porque apareceu uma penhora em 2013, de um 1.400.000 euros sobre aquele património. Aquele património estava registado em nome dos viticultores do Concelho de Alijó e esteve. E durante alguns anos, a banca andou atrás daquilo e nunca foi possível fazer nenhuma penhora sobre aquele património. Entretanto, 2013, e conseguimos fazer uma busca que demorou algum tempo até termos os documentos, aparece, não sei como, com uma penhora. Não sei quem participou na escritura. Não sei como é que foi possível passar aquilo para o nome da Casa do Douro, porque só conheço, ou há um título de registo, há uma venda, ou há então uma escritura de usucapião. Não entendi como é que aquela acção se pode passar. Portanto, estamos atentos relativamente ao património. Nós a partir do momento que temos conhecimento disso, eu sei a data, temos seis meses para contestar aquela escritura. Entretanto, dia 1 de Janeiro vai haver eleições, como bem deve saber, na Casa do Douro. Vamos ver quem é que vai ficar, qual é a maioria que vai formar a nova Casa do Douro e entretanto aquilo não fecha. Para sua informação, o activo mais importante da Casa do Douro é o Grémio de Viticultores do Concelho de Alijó. Eu estive dois mandatos no Conselho de Viticultores e o único Grémio que dava lucro era Alijó. Era impensável, seja o futuro que tiver a Casa do Douro, que alguém vá fechar o melhor activo que tem. Nós não devemos estar a pôr esperanças no pior. Vamos trabalhar e pôr esperanças no melhor. Porque efectivamente o que temos ali é um activo muito valioso. Agora esta passagem de nome para a Casa do Douro eu ainda não percebi, estamos atentos e ameaçamos o Senhor Presidente da Casa do Douro de uma ação popular. Mas vamos esperar mais algum tempo, não vamos ferver em água que depois não resulta em nada. ***

Depois diz que sempre que há festas e romarias eu estou presente. Olhe a última presença que eu estive sabe qual foi? Foi na sua terra, onde eu tive este acidente. Não considero a minha presença em nenhuma festa, nem romaria, sempre fui à Rota da Laranja, sempre fui e agora fui como Presidente de Câmara. Portanto, o meu aparecimento não é por acaso, não aparece do nada. Se quiser ir ver, tenho muitas fotografias ao longo destes anos que aquilo se fez. ***

Outra coisa que eu também não concordo consigo, diz que eu ando a vociferar a dívida. Eu não vocifero. Vamos lá entendermo-nos, está bem? E depois, relativamente à incapacidade de gerir, também não lhe aceito isso. Ninguém pode jogar o jogo da cabra cega, que é o que os Senhores me tentaram fazer, não me deixando conhecer a realidade deste Município. Opondo-se, obstaculizando sempre ao conhecimento da verdadeira realidade. E eu a jogar o jogo da cabra cega. E depois diz que é incompetente. Não senhor, abram o jogo e então se verificarem que eu sou incompetente, se eu também sentir isso, sou eu o primeiro. Mas agora não é possível jogar, não é possível gerir, sem conhecer a realidade. Por favor, o que os munícipes esperam de nós é que nós tenhamos a coragem de expor a verdade do Município. Está aqui, é isto que temos que resolver, chame-se isto. Vamos chamar o nome às coisas. E então, vamos todos em conjunto e eu já disse que isto não é nenhuma atitude persecutória, vamos depois em conjunto encontrar uma solução, porque isso, vociferar a dívida não é encontrar soluções. É lançar gasolina para uma fogueira. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

Quanto à auditoria em três mandatos eu entendo o seguinte e vou-lhe dizer qual é a minha visão de quem tem que gerir alguma coisa. Quando chega ao fim da sua gestão, tem como obrigação pedir uma auditoria. Uma auditoria é uma ferramenta de trabalho para quem vier a seguir. Não me foi facultada no final de três mandatos do anterior Executivo, não me foi facultada essa possibilidade. Relativamente aos outros dois mandatos não era a este Executivo que competia. Quem recebeu então a Câmara deu tudo por bem, senão pedia. Não ia-mos agora trás. Eu quando sair desta Câmara quero deixar uma auditoria aprovada para ninguém ter problemas. Está aqui, está a auditoria, está aprovada. É assim que se trabalha. A ética tem que existir na gestão também. Até aqui foi assim, daqui para a frente são os outros. E foi isso apenas que eu pedi. ***

Quanto ao facto de eu andar a fabricar maiorias. Eu não ando a fabricar maiorias artificiais. Eu ando a encontrar pontos de entendimento para pessoas de boa vontade e que queiram resolver o que nós temos na mão, porque a responsabilidade não é só minha meus Senhores. A responsabilidade é de nós todos eleitos, cada um com o seu grau de responsabilidade. Portanto, não nos vamos escusar e dizer a mim não, eu não sou, é você. Não senhor, somos todos responsáveis. Uns têm uma visão, outros têm outra, vamos debater e vamos encontrar a melhor solução. Não é dizer que nós não ouvimos nada e pelo outro lado não haver proposta nenhuma, zero. Ainda não tive uma proposta que me ajudasse a ter uma visão diferente. Eu gostava que colaborassem e que dissessem, que trouxessem soluções. Olhe, vamos tentar fazer assim, vamos pensar nisso. Ainda não tive uma proposta. ***

Quanto ao orçamento ser uma perfeita banalidade é a sua visão. A nossa não é essa. Se é mais fácil fazer oposição adjetivando erradamente o que não o é, pois seja, fica com quem diz. ***

Quanto à Unidade Móvel de Pequenas Reparações Caseiras o Senhor diz que desconhecia. Lamento, porque foi indicado pelo PS para estar na Comissão. Trabalhou na Comissão e no dia em que promovemos as comemorações, que iniciamos as comemorações, não esteve presente. Porque se estivesse estado, sabia perfeitamente que durante o discurso que eu fiz aqui, anunciei a Unidade Móvel e saímos daqui e fomos todos visitá-la ali fora. Portanto, tivesse estado ou pelo menos reflecta antes de falar. ***

Quanto à devastação do património municipal, mais uma forma de adjetivar para tapar seja lá o que for. Não sei o que é que pretende com isto. Dizer que estamos a devastar o património municipal? O Senhor sabe o esforço que nós estamos a ter para manter os poucos activos, os poucos não, são bastantes, mas para conservar os activos que temos? Nós recebemos um auditório sem licenciamento e estruturalmente doente. Estamos a tentar compor. Estamos a tentar. Já há, já existe um caderno de encargos, vai ser posto a concurso esta semana. Agora, ascende a umas dezenas de milhares de euros. Bastante. Portanto nós não devastamos nada. Aliás temos cuidado do património, de tudo o que podemos. ***

Depois falou também relativamente ao Atlético encerrado. Também não entendo essa. O Atlético encerrado. Encerrado, porquê? Encerra é? Fecha-se a porta, não se abre às nove da manhã? Não, é uma Associação, que tem uma direcção, tem órgãos sociais eleitos e tem as autonomias que tem. O Município colabora com as Associações. A uns cede espaço, a outros cede aquilo, a outros paga isto, paga aquilo, agora o Atlético tem que vir junto do Município de Alijó dizer exactamente o que é que está a acontecer, trazer as contas, certificadas pelo Conselho Fiscal e trazer a Assembleia que aprova as contas. Nós fomos daqui à Federação saber a dívida. Afinal tinham-nos dito que era quinze, chegámos à Federação eram onze. Ora vamos lá ver, do que é que estamos a falar. Estamos a falar de dinheiro. As contas têm que ser

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

certificadas e não há outra forma de tratar o dinheiro. Há uma organização própria e é isso que nós temos que respeitar. Agora, ninguém mais do que eu gostava de ver o Atlético a trabalhar. Agora, o Atlético não pode estar a usufruir de dinheiro para seniores. É impossível isso. Agora para camadas jovens, venham elas. Apresentem tudo, apresentem o plano para o ano que vem, como é que é tudo, não é assim, não é pelo facebook mandar umas bocas ou dizer no café, não é nada disso. As coisas não se tratam assim. Isso acabou. ***

Relativamente às Associações Culturais, neste momento ainda não nos é possível apoiar como quizeríamos as Associações pelo facto que estamos em execução de dois programas financeiros e temos um compromisso de não transferir dinheiro nenhum para as Associações enquanto não pagamos a todos os credores, a todos os empreiteiros. No momento que esteja isso pago então vamos ver qual é a folga orçamental que temos. E aí vamos dividir o pouco que restar pelas associações, dando prioridade àquelas que mais precisam. ***

Quanto ao mar de rosas que eu apregoei e transformei isto num mar de espinhos, só se enganou na inversão das palavras. Eu cheguei a um mar de espinhos e gostaria de transformar isto num mar de rosas. ***

Senhor Deputado César, quanto à informação do novo Quadro Comunitário seguiu para todas as Juntas a informação, não sei se lhe chegou, deve ter chegado, o novo Quadro Comunitário, em vários apoios dos avisos já abertos e também de apoios à agricultura. Toda a gente recebeu. No entanto, temos um serviço de empreendedorismo e estratégia, que está disponível para ser consultado por qualquer pessoa que chegue lá, vai ajudar quer a informar, quer a encaminhar para os sítios que deve encaminhar para que tenham acesso ao Quadro Comunitário e não se perca alguns apoios que eu julgo que vão ser bastantes neste Quadro para o Interior Norte***

Senhor Alceu muito obrigado pelos votos expressos de rápidas melhoras e gostei de uma frase do senhor «não contem comigo para chicanes políticas». Comungo da sua frase. ***

A intervenção do Senhor Deputado Telmo. Eu percebo os adjectivos que usou, porque a obrigação de líder da Bancada assim impõe. Quanto à paragem e estagnação eu refuto completamente, nem estamos parados nem estagnados. Cada um navega conforme pode. Já houve tempos em que o barco ia acelerado demais e não o deveria ter ido e há outros que tem que fazer um compasso de espera. Nós temos que viver com aquilo que temos. Temos que dar prioridade ao que é necessário fazer e estamos a tentar dar, agora não vamos cair na vertigem de gastar dinheiro. Aliás, nem é sequer admissível, não nos permitem isso. Nós não podemos ter dívida nova. Se calhar era bom termos uma acção de formação um dia destes sobre os compromissos que todos temos, que o Concelho de Alijó tem relativamente ao facto de estar com o PAEL, com o Reequilíbrio Financeiro e ter falhado no saneamento. Se calhar seria interessante se os Senhores estivessem dispostos a ouvir, eu era capaz de arranjar alguém que viesse aqui conversar um pouco connosco, para não estarmos sempre a repetir situações que são comuns, são recorrentes e que não vale a pena. Apenas nos desgastam aqui de conversa, e de debate e às vezes até podemos ser ofensivos no debate e não é isso que nós pretendemos. Mas eu acho que todos nós devíamos ter a noção dos condicionamentos que esta gestão vai ter. E vai ter por alguns anos. Mas se todos entendermos o que está em causa e se todos quisermos ajudar é muito mais cedo que nós possamos julgar que saímos disto. Mas temos que nos ajudar, porque senão é que estagna mesmo. E estagna não é por eu estar aqui. Amanhã é o Senhor Deputado que está aqui, tudo bem, mas está estagnado. A história é a mesma. Quer dizer, isto para mim não é nenhum projecto de poder pessoal o estar aqui. Vamos lá ver se nos entendemos, eu estou aqui porque estou em espírito de missão e acho que a minha consciência

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

23

cívica se impunha a que eu me candidatasse. Impôs-me isso. Deixa ajudar o meu Concelho. Estou aqui mas podia estar outro qualquer. Isto não para, isto vem um, vai outro. Não estou agarrado a isto. Estou a tentar encontrar soluções e peço a todos que quando chegar o momento da campanha política, pois nós vamos fazê-lo, mas agora não. Agora é necessário damos as mãos e encontrar uma solução, porque se não isto vai ficar estagnado, vamos ver os outros Concelhos vizinhos a andar e nós parados. Nós em vinte anos éramos o concelho mais rico do Douro, atrás de nós só está Armamar. Portanto, vamos reflectir sobre isto. O que é que se passou? Não é atirar culpas para ninguém mas vamos ver onde é que podemos corrigir isto. Perdoe-me a forma paternalista com que eu estou a falar, mas eu sei como é que estou a falar.

Quanto à delapidação de Recursos Humanos, não. O nome delapidação está mal. É requalificação de Recursos Humanos. O mais difícil nesta organização são os Recursos Humanos. Eles têm que ser requalificados. Eles têm que ser formados e requalificados. E é isso que nós precisamos. Nós, quanto melhor forem as pessoas com que trabalhamos e mais adaptado o perfil à função, melhores somos todos, melhor é o Município. Portanto, delapidar de Recursos Humanos? Somos tão poucos íamos agora delapidar a riqueza que temos? Não pensem nisso. Vamos é dar formação e requalificação. ***

A palavra desgoverno também não cabe aqui no meu vocabulário, Senhor Deputado, não cabe mesmo, de forma alguma. Chame-me outra coisa, agora desgoverno não. Eu vou-lhe dizer, desde que chego à Câmara e excluindo os seis meses que estive de cama, não se gasta um euro sem eu ver. É excessivo, mas eu não me importo. Demoro horas ali. Não me importo, mas vejo. Portanto, tento que não haja desgoverno e quando vejo que está a haver, chamo imediatamente. Olhe eu posso-lhe dizer, nestas comemorações do Foral, o primeiro orçamento que me chegou foi de trinta mil euros. Sabem o que é que eu fiz? Metade com tendência a zero. E agora resolvam, vão inventar, vão fazer o que quiserem. Portanto, o orçamento para mim é poupança. No momento que estamos a viver é importantíssimo. Gastar hoje e pode fazer falta amanhã, não, não. Agora, às vezes, temos que juntar, quando é possível, para gastar quando precisamos e é isso que tem acontecido. Portanto não há desgoverno. ***

Experimentalismo não, mas é capaz de haver alguma inexperiência da minha parte porque eu nunca andei na política. Não sou exactamente de nenhuma escola política. Sou um cidadão, com uma opinião formada sobre o Concelho. Uma opinião formada também sobre a gestão de algumas coisas. Uma opinião formada sobre a nossa economia, sobre a nossa agricultura. Agora, experimentalismo? Sim, alguma inexperiência, não na decisão, mas sim na tramitação do que é possível fazer e não é. Eu às vezes quero fazer coisas e depois vão-me dizer, olhe que não pode fazer isso, porque isto é assim, a volta é esta, a volta é aquela e efectivamente estou a aprender. Estou a tentar aprender rápido. ***

Senhora Dona Filomena muito obrigado pelas suas palavras. Relativamente à questão que põe da sua Freguesia estar às escuras, há muitas aqui. A EDP não nos tem atendido. O Senhor Vice-Presidente tem perdido a cabeça a telefonar para todos na EDP. Eles não estão à altura. Nós temos um contrato, mas esse contrato vem de um concurso que nós não podemos deitar fora, porque não temos outro fornecedor, é a EDP. Efectivamente eles não estão a responder.

Quanto a desligarmos luzes, nunca desligámos uma lâmpada desde que chegámos. O que está a acontecer é que as lâmpadas têm uma duração de dois anos, já sei que custam sessenta euros, já me disse a EDP e eles não estão a repô-las. Portanto ao fim de dois anos, quando virem uma lâmpada nova, ao fim de dois anos ela vai fundir. Portanto vejam o ritmo de reposição que a EDP deveria ter e não tem. Deve andar nos outros lados. Deve andar nas cidades e está-nos

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

24

a tratar menos bem mesmo, está-nos a tratar menos bem. Já tivemos oportunidade de lhes dizer. Estamos todos os dias a dizer. Há ruas completamente às escuras. Mas só eles é que podem cá vir fazer isso. Se estivesse na nossa mão... ***

Deputada Aurelina, muito obrigado pelas palavras. Também fiquei muito satisfeito com o cortejo que foi feito. Fiquei muito satisfeito com a comemoração do Foral. Fiquei muito satisfeito com o envolvimento de todos, de todas as pessoas. Fiquei muito satisfeito com o envolvimento das Juntas. Fiquei muito satisfeito com o envolvimento mesmo de pessoas anónimas, que deram o melhor que tinham e disseram eu também ajudo. A todos vocês muito obrigado. Eu tive oportunidade de escrever uma carta a toda a gente, mas aqui, de viva voz, quero-vos dar o meu obrigado. ***

Senhor Deputado Laureano, o voto de louvor que o Senhor propõe eu associo-me claramente a ele. Foi uma surpresa para mim esta Comissão, o trabalho que ela desenvolveu e como conseguiu pôr todo este trabalho em pé. Eu estive distanciado, como sabe, eu tive oportunidade de abusivamente entrar numa reunião em que o Senhor estava e pedi desculpas, expliquei o porquê, porque me estava a preocupar com os factos históricos, se estavam a ser tratados naquela reunião como factos históricos, ou íamos fazer uma festa e não era isso que queria. Muito obrigado, o voto de louvor associo-me a ele e proponho também que seja votado. ***

Depois quero realçar aqui a sua interpretação como artista, na vontade que pôs em puxar por nós, do que nós temos de melhor, que era a nossa identidade, a nossa história, a nossa cultura. O Senhor conseguiu interpretar muito bem aqueles três degraus que simbolizam o primeiro, ajude-me por favor, a força, o segundo a beleza e o terceiro a sabedoria. Muito obrigado, foi uma lição para nós todos, se calhar era interessante um dia o Senhor convidar todos os presentes, ir lá e interpretar aquele monumento, porque eu adorei o trabalho que o Senhor fez. Muito obrigado. E quero-lhe agradecer também a sua generosidade. Eu sei que o Senhor é um homem generoso e manifestou mais uma vez. Quem fica rico é Concelho de Alijó com isto e o seu nome vai perdurar e obrigado pela sua generosidade. É bom que toda a gente saiba. ***

Senhor Deputado Samuel muito obrigado pelas suas congratulações também, pelo meu retomar de exercício. Muito obrigado pelas palavras sobre a Unidade Móvel de Pequenas Reparações Caseiras. Esteve cá, viu e assistiu. ***

Quanto à auditoria externa aprovada por esta Assembleia, ela já está concluída, falta apenas uma reunião de trabalho entre os auditores e a Câmara Municipal, o Executivo, para acertarmos para ver se está tudo conforme, se não há ali nenhum facto que eles tenham interpretado mal ou qualquer coisa, mais nada. É o que falta. Ainda não se realizou essa reunião. Foi fim de ano. Eles estão muito ocupados lá em baixo no Porto. Ainda sugeriram eu ir lá e eu disse não, não, os Senhores venham cá acima que eu também não me posso deslocar. Estou à espera que nesta primeira semana tenha uma reunião com os auditores e possamos ter a auditoria, finalmente, pois será do conhecimento imediato desta Assembleia porque foi ela que a recomendou. Primeiramente a Câmara e depois a Assembleia. ***

Quanto aos problemas da água na aldeia de Perafita, nós tentámos solucionar o melhor que podíamos naquele momento. É uma solução, digamos, provisória. Vamos ver se antes de começar a época quente, conjuntamente com a Junta de Freguesia, conseguimos afinar tudo, todas aquelas condutas, todas aquelas bombas, para que não volte a haver o que se passou, que não volte a acontecer. Fica desde já também pedida a sua colaboração, Senhor Presidente

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

da Junta, para encontrarmos uma solução, que aquela é provisória, como sabe. Remediou, mas não serve. ***

Senhora Deputada Glória Veiga, muito obrigado pelas suas palavras. Muito obrigado também pelo seu apreço pelos 500 anos. Houve aí alguma confusão, eu sei, entre o Foral de Alijó e o Foral de Favaios e o Foral de não sei quê, mas vamos lá ver, o território de Alijó, há quinhentos anos tinha um determinado formato. Entretanto sofreu várias alterações. O último formato funde-nos: Favaios, Alijó, São Mamede, Vilar de Maçada, portanto forma só um Concelho. E gostei que se ultrapassasse essa questão bairrista, que eu acho muito bem, que vocês tenham orgulho ter sido Município, terem tido um Foral, mas neste momento nós somos uma unidade única. As partes deram um todo, que é o Concelho de Alijó. E portanto foi isso, este monumento é mesmo para celebrar todas estas memórias, enquanto estávamos separados, enquanto estamos juntos e pensar o futuro.***

Deputada Sónia Pires obrigado pela sua colaboração na Comissão de Trabalho, que eu sei que foi preciosa e foi dedicada, foi sim senhora. E depois gostei muito que tenham feito um relatório de avaliação. Acho que é assim mesmo que se procede. Não é que vamos outra vez comemorar mais quinhentos anos, porque não vamos infelizmente, mas é assim que se procede. Após uma ação faz-se a avaliação para se fazer as correções. Numa próxima acção as sugestões estão aí já validadas pela experiência. ***

Senhor Deputado Cláudio Vilela, quanto à presença do Senhor Dr. José Maria nas reuniões de Câmara, para prestar esclarecimentos, ela já foi solicitado, salvo erros, duas vezes. Aconteceu que nos dias das reuniões ele disse que estava ocupado. Tinha que ir ao Porto ou estava em Montalegre e não foi possível. Agora, ele sabe desse pedido e sabe que mais dia menos dia tem que lá ir. ***

Quanto à entrada da Unidade Móvel de Pequenas Reparações Caseiras ela neste momento e a partir desta semana, nós só tivemos autorização provisória há meia dúzia de dias. Fomos buscá-la a Vila Real. Vamos numa primeira fase pô-la à disposição das IPSS, que é para testarmos como é que isto se comporta, o que precisamos, que tipo de materiais, que pessoas é que devem ir, para, posteriormente, já está um regulamento a ser preparado, levar à Câmara, trazer à Assembleia, para abrir ao público em geral. Mas só com um Regulamento. Neste não vamos para o público em geral, vamos só apoiar algumas reparações nas IPSS para ganharmos experiência e os nossos funcionários ganharem também essa experiência. Portanto esta semana julgo que já estão dois ou três serviços pedidos e vão ser atendidos. ***

Quanto à localização, olhe, diz o nosso povo que há males que vêm por bem. Nós tínhamos solicitado a localização naquela rotunda lá em baixo, quem vai para São Mamede e deriva para a IP4. Não foi autorizada, nem pelo IGESPAR, nem mais umas entidades. Não foi autorizada porque a rotunda não tem 20m de diâmetro. E tudo o que não tenha 20m de diâmetro, não é autorizado nada fixo, nenhum objecto fixo. Entretanto comunicámos ao Senhor Escultor e ele como autor da obra ficou preocupado e dissemos venha aqui porque estamos com um problema. O Senhor Escultor veio. Corremos a vila. Vimos isto, vimos aquilo. Nós nunca iríamos localizar o monumento sem a autorização dele. Tem que se respeitar o autor, o autor pensou em tudo. Interpretou a vontade e vai escolher a localização. Por vontade dele e após darmos umas voltas a esta vila começou a olhar para ali, começamos a pensar e ele pensou e disse, sim senhora, vamos a isso, fica ali localizado. E relativamente a ele estar ali localizado junto do nosso maior ícone, que é o Homem do Douro, lembro que são duas obras dele e foi de acordo com a vontade

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

dele. Portanto, julgo que não choca ninguém. Quem somos nós para pôr em causa a visão arquitetónica, artística, estética dele? ***

Esta proposta de auto-avaliação ao longo do mandato, praticamente ela é feita sempre que faço uma intervenção nesta Assembleia. Em termos de auto-avaliação, para escrever, acho ainda cedo, porque um ano e dois meses, 443 dias não é assim? Pronto, eu estive sensivelmente duzentos e tal dias de cama e não me parece bem que eu vá fazer já essa auto-avaliação. Mas estou disposto a isso, não há qualquer problema. A auto-avaliação, eu acho que a nossa política, a nossa eficácia da política se mede pelo contentamento das populações e eu tento estar perto delas. Para já todas sabem das dificuldades que nós estamos a viver e ainda ninguém disse «pá, você não está a fazer nada». Estamos a fazer o que nos é possível. ***

Senhor Deputado António José Lousa, muito obrigado, eu desconhecia. Tive conhecimento do acidente através dos jornais. Isto foi em 2012. Desconhecia a situação em que então a D.^a Manuela se encontra e a família. Desconhecia. Penso que uma empresa como a EDP deve ter seguros capazes de suprir a falta de um chefe de família. Então o que é que se passa? Estava mal feito o seguro? De quem é a responsabilidade? Não pode ser, nós quando fazemos um seguro temos que prever. Eu acredito que a EDP tenha um seguro de acordo com a exigência e com o risco que se corre naquela barragem. Há aqui qualquer coisa que não me parece, ou que não tenha sido bem conduzida, ou que não esteja concluída, ou há aí algum pormenor que nós estamos a desconhecer. Se são subempreiteiros, não sei, não estou a par do caso. No entanto partilho da sua preocupação e obrigado por a ter trazido, porque efectivamente primeiro as pessoas, depois as coisas. Isso não há dúvida nenhuma, de forma que eu estou disponível para levar à Câmara, não sei como, para pensarmos como é que se pode apoiar esta família em termos jurídicos, em termos de encaminhamento, em termos de apoio psicológico. Não sei. Vamos discutir em Câmara e ver o que é que é possível. Nós temos uns serviços de ação social, que também nos podem ajudar, podem participar nisto, certo é que a Câmara não se pode alhear de alguém que está num sofrimento e numa situação destas. ***

Quanto ao facto da Senhora ter trabalhado para a Câmara como um POC. Pois aquilo é um ano, ao fim de um ano termina. É um programa de ocupação, conforme o nome diz, é um programa de ocupação temporal. No entanto deu-nos o conhecimento. Eu conheço-a, mas não sabia que ela tinha estado num POC. Dá-nos o conhecimento e a proximidade para dizer venha cá, ou ela já devia ter vindo, vamos ver o que é que é possível fazer. ***

A última intervenção foi do Senhor Deputado Telmo. Eu acho que já disse tudo, não vou repisar a posição que devemos ter. O senhor enquanto líder da Bancada, eu enquanto Presidente de Câmara. E cada um enquanto líder de Bancada vamos tentar, durante algum tempo, ajudar a encontrar as melhores soluções, sendo certo que eu estou aberto a propostas com pés e cabeça e pensadas e eu sei que a sua experiência é muita, autárquica. Portanto, estamos abertos a sugestões. Vamos fazer assim. Pode ter a certeza que tem receptividade. ***

Bem, julgo que de momento respondi a todos. Muito obrigado. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** ***

Muito obrigada Senhor Presidente. Temos a proposta de aprovação de um voto de louvor ao trabalho desenvolvido pela Comissão Organizadora da Comemoração dos 500 anos à Vila de Alijó e a Mesa também queria propor a aprovação de um voto de agradecimento ao Senhor Deputado Laureano Pinto Guedes, enquanto autor da obra, que marca os 500 anos de atribuição de Foral Manuelino à Vila de Alijó. ***

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

Colocada a proposta de aprovação de um voto de louvor ao trabalho desenvolvido pela Comissão Organizadora dos 500 anos de atribuição do Foral Manuelino à Vila de Alijó, foi a mesma mesmo aprovada por maioria, com seis abstenções e vinte votos a favor. ***

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Laureano Guedes para fazer uma declaração de voto.***

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS): *****

A minha abstenção deve-se sobretudo não por excesso de modéstia, sinto-me muito honrado por este voto de louvor. Mas como digo, não por excesso de modéstia, não me sinto merecedor de tamanha distinção. Mas mesmo assim, vou dizer que corroboro e muito obrigado.-***

-----Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras. ****

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): *****

Eu queria lembrar à Senhora Presidente que não abriu o período depois da intervenção do Senhor Presidente, não abriu o período para os Deputados puderem intervir relativamente às respostas que o Senhor Presidente deu." ****

----- **PRESIDENTE DA MESA: ******

Senhor Deputado Luís Lameiras, o Senhor pôs as questões, como todos os Senhores Deputados, o Senhor Presidente já respondeu. Era só isso? E a intervenção tem a ver com o voto de louvor neste momento. Quanto ao voto de louvor quer fazer alguma declaração?

-----Não tendo o Senhor Deputado querido fazer qualquer declaração, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela. ***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): *****

Eu queria apenas apresentar a minha declaração de voto, em que me abstenho, porque de facto não conheço a actividade da Comissão, logo não posso votar a favor.***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** colocou em votação a proposta de agradecimento ao Senhor Deputado Laureano Pinto Guedes, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Deputado Laureano Guedes.***

Deu a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela para apresentar uma declaração de voto.***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): *****

A minha declaração de voto, desta vez, é que embora não concorde com o estilo do monumento, o formato do monumento e o local onde ele se enquadra, quero reconhecer talento na obra do Mestre Laureano por toda a obra que ele já executou neste Corcelho. Era só. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA: *****

Nós também queríamos sugerir o seguinte: se os Senhores Deputados e os Senhores Vereadores estiverem interessados e se o Senhor Deputado Laureano, o Senhor Escultor, também tiver essa generosidade, de nos explicar, talvez no intervalo, estava a pensar em vez de irmos ao café, se nos explicava o monumento e a simbologia. Isto é só uma proposta, não sei se aceitam ou não. ***

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS): *****

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

28

Com o devido respeito, Senhora Presidente, está o dia a acabar, eu em breves palavras, porque era um dos assuntos que eu gostava de manifestar sobre a natureza, não é crítica ao monumento, mas a explicação do monumento em si, em breves palavras e com certeza todos irão perceber rapidamente quando passarem por lá. Porque merece uma visita, muito bem. Se levasse um grupo de estudantes teria uma pedagogia própria para explicar o monumento. Nós como adultos, eu posso, se me permitir e me der tempo de antena eu irei explicar rapidamente o que é que se passa sobre a natureza do monumento. ***

Prefiro falar em pé, porque quando se é pequeno há necessidade da imagem ser valorizada em relação ao restante. De tudo aquilo que ouvi e devo dizer que fiquei muito contente pela importância que este memorial teve, até nesta discussão, que desanuviou muitos aspectos que esta Assembleia poderia ter enfim, não de controvérsias mas sobretudo de desenvolver uma convergência. Este monumento é evidente que não traduz ostentação. Traduz um factor histórico, que devemos todos considerar, para valorização do Concelho. ***

Realmente, a natureza plástica ou expressiva pode não ser entendida no seu conteúdo, mas é fácil de entender porque cada elemento tem a sua simbologia. A integração deste memorial inicialmente era para ser feito na rotunda da Arcã e para que não haja dúvida ou intenções de eu favorecer o trajecto para São Mamede, eu pensei na rotunda da Arcã por ser o desfecho da via rápida com certeza, que entrava em Alijó, o motorizado passaria inevitavelmente por aquela rotunda e teria uma leitura no espaço daquele memorial quadrangular. Bom, dadas as vicissitudes da autorização teve naturalmente outra alternativa. E a alternativa foi escolhida naquele jardim magnífico que, enfim, após uma passagem com o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente chegámos à conclusão que aquela alternativa estaria exacta ali. Porquê? Quer queiramos quer não é por assim dizer, um lugar de visita do nosso turismo. Basta dizer que aquele jardim tem uma convergência, quer através daquele santuário, quer através, enfim de um passadiço da heráldica, que Alijó, como sabem tem também compromissos. São brasões das antigas famílias dos Menezes de Carvalho, isto é, são famílias de Provesende, que não sei porque razão estão historicamente ligados a Alijó. E quer queiramos quer não, têm um valor escultórico notável. ***

Ora bem, este memorial faz parte dessa condução turística e visual que podemos fruir quando entramos naquele passeio. O passeio inicialmente estava vedado, mas houve alguém que naturalmente pensou e muito bem, abrir uma pequena avenida em direcção ao Pelourinho. Essa equipa que trabalhou, ao fim e ao cabo foi a própria Câmara que desenvolveu esse patamar e muito bem integrou o monumento ali, deve uma referência muito positiva, porque esse passadiço ficou tão luminoso, que na verdade, quem entra na rotunda nota o Homem do Douro, como é óbvio, mas tem uma referência, quer do nosso Bispo Alves Martins, que é uma referência histórica, como sabem e temos realmente o Pelourinho. É uma trilogia que eu acho que até está ali com razão de ser. ***

A plástica do Pelourinho, sendo um memorial que eu chamei "Um Pelourinho do século XXI". Eu chamo-lhe Pelourinho do Século XXI apenas por alguns condimentos de modernidade. Os pelourinhos são cilíndricos, naturalmente são redondos, ou são circulares na sua base e depois, o capitel é conforme a fantasia administrativa que quis de certo modo exaltar a natureza da simbologia. ***

Ora bem, o fuste é um fuste quadrangular e tem um capitel também quadrangular e tem realmente a base quadrangular em três patamares. Já foi aqui referido que a simbologia, fazendo uma leitura do solo para o capitel, é uma trilogia que na verdade é simbólica, mas que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

29

tem a sua natureza de ser. Está ligado à terra o primeiro patamar, que considero a força telúrica. Segue-se um outro patamar que eu considero a beleza e o terceiro a sabedoria. Porquê? Porque estão relacionados entre si. A beleza está relacionada entre a força e a sabedoria. E possivelmente, se tivermos um pouco mais de observação, sentimos que há uma certa monumentalidade no seu fuste de três metros também, que tem uma ligação ao capitel através de cinco linhas douradas, que são, ao fim e ao cabo, o percurso dos cinco séculos da história do Foral. O capitel em si, o bronze justifica a natureza, não da eternidade, mas é um material nobre que todos os escultores, de certo modo, não prescindem. E nesse capitel temos na face anterior, a heráldica referente ao brasão actual da Vila de Alijó, que eu tive oportunidade de explicar, mas que todos conhecem já a heráldica de Alijó, que tem um escudete com duas torres, que era normal as torres de acesso à vila e no centro a representação do plátano, do tempo, com certeza. Envolvendo esse escudete referi que tem seis ou sete ouriços à volta desse escudete. Expliquei que os ouriços estão relacionados com a natureza simbólica de uma época de crise, ligada possivelmente à decadência das vinhas ou da filoxera, em que os vinhateiros e as pessoas que viviam do vinho tiveram dificuldades, quer económicas ou de alimentação e a plantação e o recurso ao castanheiro para dar a castanha como fonte de alimento e também de economia. Portanto eu julgo que isso está descrito, uma leitura correcta, que eu não estou preparado para fazer. O nosso historiador, Dr. Jorge Laiginhas poderá explicar melhor do que eu em tempo oportuno. Bem e naturalmente que temos lateralmente o escudete com a simbologia do brasão manuelino, de um lado e do outro e a referência literária aos quinhentos anos, à comemoração dos quinhentos anos. Não tem nada realmente mais do que isto. ***

A natureza plástica agora aos nossos olhos está influenciada pela luz, que ao fim de tarde tem uma determinada leitura, em nevoeiro terá outra possivelmente, mas a integração é que eu quero defender. Lugar foi por excelência escolhida e preparado. Preparado por uma equipa, como digo, que trabalharam muito bem e, mais, tiveram a imaginação de prolongar toda aquela restauração do murete até ao final, pintaram-na de branco e hoje acho que aquele jardim ficou valorizado com este memorial. E também na parte de paisagística, acho que devemos todos considerar que está limpo, uma coisa rara, porque terminou-se com tudo o que era preciso terminar. Até ao último momento foi tudo feito e condicionado pela necessidade de apoio técnico dos intervenientes que a Câmara destinou. Mais alguma pergunta eu posso responder, mas acho que passando por lá um dia, ou em grupo ou individualmente, poderei ser mais específico sobre esta explicação. Obrigado Senhora Presidente por me ter dado a palavra. ***

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Nós é que agradecemos, Senhor Deputado- ***

-----Foi encerrado o período antes da ordem do dia, aberto o período de intervenção do público e porque não houve inscrições, introduzido o primeiro ponto da ordem do dia: "Exposição do Senhor. Presidente da Câmara – apreciação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09." a quem foi dada a palavra. ***

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:*****

À data da presente informação, dia 27 de Dezembro, o Município de Alijó tem um passivo constituído por quase 32 milhões de euros. Passo a discriminar. Em passivo provisões, um milhão, cento e vinte e nove mil; empréstimos dezassete milhões, setecentos e trinta e dois; dívidas a terceiros de curto prazo, quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro; acréscimos e deferimentos, oito milhões, duzentos e quarenta e sete. Totaliza exactamente trinta e um, novecentos e sessenta e quatro, seiscentos, trinta e sete euros. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

A dívida a fornecedores, sensivelmente de 4,9 milhões de euros, desta dívida que engloba dívida corrente e dívida de investimento, a dívida a fornecedores de imobilizado representa cerca de 27%. ***

Dívidas a terceiros de curto prazo. Passo a discriminar: conta corrente, dois milhões, trezentos e cinquenta e sete; imobilizado, um milhão, duzentos e noventa e cinco; outros, um milhão, duzentos e um. Isto em percentagem é: conta corrente 49%, imobilizado, 27% e outros 25%.***

Relativamente a empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais, encontrando-se em dívida cerca de 17,7 milhões de euros. ***

A dívida a entidades financeiras resultantes de acordos de pagamento, entre o Município e os empreiteiros provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento.***

Desde a data da última sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30 de Setembro de 2014, apresentam-se os valores de forma resumida extraídos do mapa de fluxos de caixa, discriminando os valores recebidos e pagos por grupos e receitas de despesa. Assim, receitas orçamentais, do lado das receitas, vinte e quatro milhões, cento e quinze, do lado da despesa, vinte milhões, trezentos e trintas e dois. ***

Quanto a recebimentos, receita cobrada bruta apresenta o seguinte valor aproximadamente de vinte e quatro milhões de euros. ***

Quanto a pagamentos, despesa paga, o valor é aproximadamente de vinte milhões de euros. Ainda em relação à situação económica e financeira importa referir que o plano de ajustamento financeiro do Município de Alijó, inclui para além do PAEL, um outro empréstimo de reequilíbrio financeiro. Em relação ao primeiro empréstimo a situação é a seguinte: contratado, quatro milhões, quatrocentos e vinte e quatro; utilizado, dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro. No que respeita ao segundo empréstimo, reequilíbrio financeiro, a situação é a seguinte: Caixa Geral de Depósitos, contratado, nove milhões, novecentos e noventa e nove; utilizado, oito milhões e sessenta e quatro mil. Caixa Agrícola, contratado, cinco milhões e dezanove; utilizado, quatro milhões e quarenta e sete. ***

Continua a decorrer a inspeção à Câmara Municipal de Alijó, cujo relatório final ainda não conhecemos, mas já verificámos fragilidades ao nível do sistema de controlo interno e dos procedimentos contabilísticos, que por certo explicarão o sucedido. Foram estas fragilidades ao nível do sistema de controlo interno dos procedimentos contabilísticos que arrastaram a Câmara Municipal para uma situação caótica. ***

Dissemos nesta Assembleia Municipal de 30 de Setembro passado, que detectamos em Agosto e reportámos à DGAL, cerca de meia centena de mapas em atraso. Alguns dos quais de 2009 e 2010 e seguintes, bem como a não redução em 10% do excesso de endividamento como era exigível em 2009, cujas consequências, de entre outras, se traduziu na retenção do número de duodécimos necessários até perfazer o montante de um milhão, trezentos e quarenta mil. Este sistemático não reportar à DGAL a informação que a lei exige, criou na mesma DGAL uma imagem negativa deste Município. Acreditamos que a exigência até ao ínfimo pormenor que a DGAL coloca na apreciação dos documentos previsionais desta Câmara Municipal está intimamente associada àquele sistemático incumprimento. O incumprimento reiterado e significativo no período 2010/2013, do princípio do equilíbrio orçamental, traduziu-se numa gestão orçamental desequilibrada pela existência de despesas muito acima da real capacidade

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

financeira da Câmara Municipal para fazer face, em tempo útil, aos compromissos assumidos. Estamos, dia após dia, e procedimento após procedimento, a reverter esta situação, pois queremos ser conhecidos pelo rigor e pelo escrupuloso cumprimento das nossas obrigações, mas salvaguardando sempre e de forma tenaz, os superiores interesses do Município. ***

Cabe aqui também uma explicação sobre a situação em que se encontram os concursos para os lugares de chefia da Câmara Municipal. A actuação da Autarquia deve pautar-se por uma cultura de mérito, exigência e transparência transversal à sua estrutura organizacional. Os concursos que estão a decorrer visam dotar a Câmara Municipal de um quadro de dirigentes composto pelos mais qualificados, o que torna o processo demorado. Como todos os elementos que integram o júri são externos à Câmara Municipal é necessário reunir as autorizações dos referidos serviços de origem, o que tem vindo a ser feito. Importante, é que a Câmara Municipal, após este processo fique dotada de um corpo dirigente motivado, responsável e eficaz na persecução de uma gestão integrada e integradora, orientada para a obtenção de resultados. ***

No que respeita aos processos judiciais em curso, importa referir que a Câmara Municipal continua em ambiente de permanente litigância, sendo que os processos de maior relevância material poderão resultar em responsabilidades para o Município num total de aproximadamente de quatro milhões. ***

Comemoramos também este ano os 500 anos da atribuição do Foral Manuelino ao Concelho de Alijó. Entendemos com esta acção que este seria o melhor momento para evidenciarmos o que temos de melhor. Uma história, uma cultura, uma identidade. Isto faz de nós uma comunidade com alma. Aproveitamos a ocasião para com a transparência que nos norteia, apresentar a esta Assembleia Municipal os gastos tidos com as referidas comemorações. E assim, aquisição de serviços para o Foral, feira medieval, mostra de produtos, desfile e animação, sete mil trezentos e setenta e três euros. Monumento evocativo, onde está incluído o bronze, arranjo envolvente, materiais e pedra calcária polida, total, doze mil, trezentos e trinta e cinco. Resulta assim num gasto de dezanove mil e setecentos euros. ***

Como síntese, este ano foi um ano de grande exigência a todos os níveis, mas de um modo especial ao nível da gestão financeira do Município. Esta exigência foi sentida de forma muito vincada por todos os trabalhadores desta Autarquia, que compreendendo as dificuldades do momento puseram no seu desempenho o melhor de si. A eles e em nome do Município, o nosso obrigado. ***

Aproveito ainda para agradecer a esta Assembleia Municipal toda a colaboração e o genuíno empenho na busca de melhores soluções para a resolução dos problemas do nosso Município. ***

Por fim, quero desejar a todos os presentes votos de festas felizes e que o novo ano nos traga prosperidade a todos os que desejamos para o Município, para nós e para as nossas famílias. Muito obrigado. ***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** abriu inscrições para este ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Telmo Pinto, António Lousa, Alceu Costa, Cláudio Vilela e Samuel Cunha. ***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** ***

Senhora Presidente queria-lhe lembrar que há pouco não me deu o direito de responder ao Senhor Presidente, mas tudo bem, vamos passar à frente. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

32

Devo dizer Senhor Presidente que li com toda a atenção os documentos que me foram enviados via correio eletrónico, relativamente a esta sua exposição. Aliás, tenho-as lido todas com muita atenção. E há aqui uma coisa que salta à vista dos olhos e que é em todas as exposições que o Senhor Presidente faz há aqui um manancial enorme, infundável, de intervenções na Vila de Alijó e que supostamente, supostamente, ou quase de certeza, esse tipo de intervenções, de acordo com as novas competências das autarquias, caberiam à Junta de Freguesia de Alijó. Primeiro ponto, não haverá aqui uma discriminação entre a Freguesia de Alijó e as restantes Freguesias? E depois, se calhar, digo eu, não é, mas sou eu a conjecturar, se calhar os senhores estão confundidos, julgam que estão na governação do Executivo da Junta de Freguesia de Alijó, mas afinal não estão, estão na governação do Executivo da Câmara Municipal de Alijó. ***

Depois falou aí nos concursos e eu devo dizer-lhe que depois de tudo aquilo que ficou demonstrado, quer em reuniões de Câmara, quer nas reuniões da Assembleia Municipal, onde se abordou esta temática, eu devo-lhe dizer que participei, estive presente numa reunião de Câmara em que se abordou este tema, portanto uma reunião de Câmara aberta ao público e devo dizer-lhe, isso consta em acta, que o Senhor Vereador João Manuel, de forma reiterada, de forma reiterada, salientou, enfatizou o seguinte: "os concursos têm que ter toda a transparência". Ora, o que é que isto nos quer dizer? Que tipo de suspeitas é que isto nos levanta? É que se calhar, a transparência não será assim tanta quanto isso. ***

Depois, queria ainda dizer aqui uma outra coisa relativamente aos números que nos apresentou aí. É que são vários os documentos ao longo do vosso mandato, em que há uma contradição nos números, quer dizer, os números nunca são coincidentes. E é consultar os documentos, onde se abordam os números, para de facto constatar essa situação. Aliás, mais adiante, mais adiante, quando chegarmos lá, aliás em dois pontos da ordem do dia, vamos verificar que de facto há uma discrepância e o trabalho não é assim tão bem realizado quanto isso. Para já tenho dito. ***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS): *****

Senhor Presidente, antes de mais, agradecer essas palavras carinhosas, serenas, calmas e no fundo, de segurança também, que lhe transmite no sentido que é aquele seu espírito de tentar e procurar resolver os problemas do Município. É para isso que aqui estamos todos. Cada um à sua maneira. Contudo, e referente ao ponto em discussão, eu ouvi-o com atenção, mas a verdade é que só fiquei com um número na cabeça e desculpe esta minha ignorância. São cerca de trinta e dois milhões de euros de dívida da Câmara Municipal. Portanto, ela está a aumentar, porque em Dezembro passado não era de trinta e dois milhões era cerca de trinta milhões, mas agora já é cerca de trinta e dois milhões. Não deixa de ser preocupante. Mas continuo a achar que relativamente às contas e à gestão financeira do Município, eu só me irei manifestar em devido tempo e no local próprio, quando estiver perante documentos que me possam confirmar todos esses números. Até porque eu fiz referência na minha primeira intervenção, de que continuamos a assistir a termos como o perto, sensivelmente, aproximadamente e isso para nós, de facto ao fim de um ano e dois meses e sete dias é efectivamente muito pouco. Essa narrativa quase que utilizada para, enfim, desculpar algumas coisas que não decorram da melhor forma no actual Executivo, é utilizar de facto a dificuldade económica e financeira desta Câmara. Mas continuamos a bater na mesma coisa, como que, alguém que durante este ano todo não cometeu qualquer desperdício, ou não desperdiçou dinheiro público, estando certos de que todo ele foi muito bem aplicado e não cometeu qualquer erro processual ou até administrativo

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



relativamente àquilo que se exige do ponto de vista do rigor e da responsabilidade que tem gerir os destinos desta Câmara. ***

Quanto às contas não me oferece dizer muito mais. Sobre o restante relatório ou exposição do Senhor Presidente, acho que foi dito aqui pelo Senhor Deputado Luís Lameiras. De facto há aqui algumas referências relativamente a obras, eu acho que há algumas coisas, enfim isto quase parece um diário da Câmara Municipal e porventura Junta de Freguesia de Alijó, porque chega-se ao ponto de escrever limpeza de folhas das árvores, arranjos diversos, varreduras semanais. Pronto, tudo bem, se quiserem ir tão ao pormenor acho que sim, que é este o caminho, mas nós pensaríamos e desejaríamos que tivéssemos uma informação bem mais rica e mais frutífera do que esta. Muito obrigado. ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD): *****

Senhora Presidente eu há pouco não quis misturar, tendo em conta a moção que eu ia apresentar com o esclarecimento que eu vou fazer a esta Assembleia. Eu deixei de ser porta-voz da Bancada do Partido Social Democrata. Só me represento a mim próprio e às pessoas que votaram em mim e às pessoas que confiam que eu ponha aqui os problemas deles. Irei ser sempre social-democrata, tenho quarenta anos de militância, não me vejo a virar conforme as alturas e as conveniências, está-me nos genes ser assim. Irei ser sempre assim para o bom e para o mal. ***

Continuando, tendo em conta que a exposição do Senhor Presidente da Câmara abrange várias unidades orgânicas eu vou fazer perguntas e pedir alguns esclarecimentos a alguns Vereadores aqui presentes. É para isso que estamos aqui, para sermos informados e para sermos esclarecidos. ***

A primeira pergunta que eu queria fazer era ao Senhor Vereador Miguel Rodrigues, que ele insinuou várias vezes nas reuniões de Câmara, que pessoas com responsabilidade neste Executivo também têm responsabilidade na dívida actual. São coniventes com a dívida. E como nós não estamos aqui para meias palavras, gostava que ele explicasse porque é que diz isso, porque é que insinua isso? Gostava que fosse conciso. ***

O Senhor Vereador João Manuel Gouveia, na última reunião em que eu estive presente, pública, por causa da auditoria na Câmara Municipal, uma das coisas que ele mais se bateu foi para as dívidas das Juntas serem esclarecidas, quem as mandou fazer, quem as vai pagar, quem é responsável? Se já tem essa noção, se isso já foi esclarecido, se tem alguns dados para esclarecer esta Assembleia? ***

Por último, o Senhor Vereador Adérito Figueira, por causa de um processo que está aqui também na exposição do Senhor Presidente da Câmara, com a frontalidade que lhe é característica, que eu lhe conheço há muitos anos, ele disse que sempre assumiu as suas responsabilidades, mas que algumas pessoas não assumem. Que irá ser muito mau para essas pessoas e para o Município. Eu como não percebi, sendo possível, gostava de ser esclarecido, agradecia isso mesmo. ***

Dentro da exposição do Senhor Presidente, uma das coisas que vem aqui é as obras. Congratula-me bastante que venha a listagem das obras aprovadas. Não vou manifestar-me por nenhuma em particular, mas não deixam de saltar algumas coisas à vista. Congratula-me que algumas obras que entraram em Fevereiro para apreciação sejam agora aprovadas e também ponho algum receio que algumas obras depois de aprovadas mudem de estatuto. O que é que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

34

eu quero dizer com isso? Que se constrói com uma simbologia e depois elas mudam. Quero lembrar o que aconteceu na Câmara de Macedo de Cavaleiros em que foi autorizado um curral para animais e deu numa casa. Mas também deu na perda de mandato do Presidente num processo. Eu como não sou doutor nem engenheiro vou estar atento e pedir à CCDR Norte que me ajude nesta fiscalização. ***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** pediu ao Senhor Deputado António Lousa para concretizar a questão que gostaria de colocar ao Senhor Vereador Miguel Rodrigues. ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):*****

O Senhor Vereador Miguel Rodrigues já insinuou várias vezes que há pessoas neste Executivo ou que estão à frente dos destinos camarários, que também têm responsabilidades nesta dívida, ou que assobiaram para o lado, ou que tiveram não sei quê e gostava que ele fosse conciso nessas afirmações. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E isso está vertido em que acta?***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Está numa reunião de Câmara, não posso confirmar agora aqui, portanto.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Mas disse que já foi referido várias vezes, é isso?***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Sim, sim, sim. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E só porque está numa reunião, é? E quanto ao Senhor Vereador João Manuel Gouveia, desculpe? ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Ao Senhor Vereador João Manuel Gouveia, na última reunião pública, não sei se ontem houve reunião pública, na última reunião pública em que eu estive presente, o Senhor Vereador João Gouveia perguntou como é que estavam as dívidas das Juntas? Quem era responsável? Quem as mandou fazer? Quem é que as ia assumir? E, eu como Deputado Municipal, também gostava de saber em que ponto está, como são essas dívidas, de quem é que são essas dívidas? ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Essa questão não é para o Senhor Vereador.***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** É, é para o Senhor Vereador. Já teve resposta do Executivo, pfoi ele que fez essa pergunta.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Eu não estou a perceber Senhor Deputado. Essa questão foi colocada pelo Senhor Vereador João Manuel Gouveia. É isso não é? ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Foi sim.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E teve resposta?***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Gostava de saber se já teve resposta do Executivo.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Se já teve resposta do Executivo? Então será o Executivo a responder. É isso?***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Sim, sim. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** É para o Executivo, não é para o Senhor Vereador então?***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Estou a dizer que quem fez a pergunta foi o Senhor Vereador, não fui eu. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E só quer saber se ele já obteve resposta é isso? ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Sim, sim.

Como disse, estava aqui para transmitir os dados que me chegam e uma das coisas que me chegou foi da estrada de Soutelinho. Uma estrada que esteve bastante tempo intransitável e que nas vindimas foi recomposta para haver um trânsito e facilitar as vindimas. A informação que tenho é que está outra vez a ceder o terreno. Está outra vez a fracturar o betuminoso. Se continuar, se tivermos um inverno rígoroso, iremos lá ter outra vez um buraco. ***

Eu como sou de uma zona da montanha, prezo muito ser montanheiro, um dos casos que nós temos é sobretudo nas alturas de geada. Houve uma semana muito forte de geadas e só foi aplicado, sobretudo numa estrada que eu faço regularmente por motivos de ocupação, que é a descida de Francelos para a ponte, só foi aplicado o sal precisamente no dia em que à noite ia chover. Acho que devemos ter um cuidado de prevenção, que eu vi lá carros atravessados, eu tive a preocupação de sair mais cedo de casa com o pessoal por se demorar mais tempo. É preciso ter cuidado nas zonas altas. Vai ser uma semana outra vez de intensas geadas, ter um cuidado com a prevenção e não com a reacção. Muito obrigado. ***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** ***

Eu confesso-vos que tinha preparado a minha intervenção de acordo com o documento que me chegou às mãos, mas o Senhor Presidente apresentou-me aí uns números que me deixou um pouco baralhado. Os trinta e dois milhões, de facto, também me impressionaram um bocado a mim. Depois fala-me de sistemáticos incumprimentos, de redução de dez por cento que tinha que ser feita, de retenção de dinheiro. Quer dizer, com certeza, não estamos a falar do grande e orgulhoso passado do PS nesta Câmara. Mas queria dizer que continua portanto a ser muito preocupante a situação financeira. No entanto, dos documentos que li, queria realçar que é louvável a diminuição do prazo médio de pagamentos. No quarto trimestre de 2013 era 698 dias para o pagamento. No terceiro trimestre de 2014, 438. Isto é cerca de 50%. É louvável, quer dizer que estamos no bom caminho. ***

Preocupa-me muito os processos em tribunal, que só existem porque alguém não cumpriu com as suas obrigações. Pagar o que deviam, ou se não tinham, não tinham que encomendar o serviço. ***

Realço, aqui, já foi referido, o extenso trabalho aqui relatado, nos diversos departamentos e secções, que me parece muito pouco conhecido, criando a ideia falsa, naturalmente, de que a Câmara está parada, mas também eu digo, é de facto um trabalho extenso, que eu penso que deveria ser mais conhecido para o interesse de todos. ***

Registo ainda com agrado o conjunto crescente de projectos aprovados, o que denota alguma revitalização do sector imobiliário. Na minha opinião, portanto, estamos no bom caminho, estamos de parabéns. Obrigado. ***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** ***

Vamos então analisar a exposição do Senhor Presidente de Câmara. De facto nota-se alguma diferença em relação à apresentada há um ano atrás, que era apenas de uma página A4 e agora

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

36

já vem vinte e nove páginas, portanto evoluiu bastante, pelo menos no aumento de folhas e de palavras. ***

Depois, de facto, há aqui uma situação que me deixa um pouco triste. É a pouca preocupação que existe na apresentação de alguns documentos, como este, aos Senhores Deputados e passamos a analisar de imediato um caso. Senhor Presidente, se faz favor, página três, é aquela que tem uma bolinha grande, não sei se é, que acaba por ser a quatro. Temos um processo, onde diz parte contrária, José dos Santos Fernandes, assunto, diversas obras do Concelho, data de instauração, número de processo, situação do processo, valor, 473.71,15 euros. Senhor Presidente eu quero-lhe perguntar qual das variáveis é que o Senhor vai meter aqui no número em falta. X, Y ou Z? É que muda tudo. Eu repito Senhor Presidente, página três, que acaba por ser a quatro. É aquela que tem uma bolinha e que tem um três no meio. Estamos num processo que é a parte contrária, a meio da página. Parte contrária, José dos Santos Fernandes. Assunto, diversas obras do concelho. Encontrou Senhor Presidente? Pronto, diversas obras do concelho, data de instauração, processo, número tal, não vale a pena referir. Situação, fase de contestação. Valor 473.71,15 euros. E eu perguntava directamente ao Senhor Presidente qual das variáveis é que o Senhor vai meter aqui no dígito em falta para chegarmos ao valor correcto. Isto é X, Y ou Z? Pronto, há falta de rigor, de facto, está aqui plasmado. ***

Depois, Senhor Presidente, uma questão que eu já várias vezes lhe coloquei, quando o senhor apresenta os valores da dívida agora foi quase trinta e dois milhões de euros. Temos aqui logo na unidade orgânica flexível administrativa e financeira, o Senhor Presidente e isso é que lhe vou perguntar. Quais dos processos é que o Senhor Presidente já considera transitados em julgado para chegar a estes valores? Porque de facto não é essa a situação real financeira da Câmara Municipal. ***

Depois, passando ao sector de apoio ao empreendedor, investimento e estratégia, página seis. De facto vê-se que é uma unidade orgânica que teve muita actividade neste trimestre. Uma das quais tem a ver com a Feira Medieval, onde se enquadra a construção do monumento dos 500 anos do memorial. O Senhor Presidente, há poucos minutos atrás, referiu que o monumento custou 12.235 euros. É isso não é Senhor Presidente? Estamos a falar em matéria-prima. Agora, devia também fazer reflectir nos custos do monumento todos os custos da mão-de-obra dos trabalhadores da Câmara Municipal. É que foram muitos que andaram ali. Isso de facto, aumentaria e muito os custos do monumento. ***

Depois, mais um pouco adiante, página dezoito, temos as actividades das Piscinas Municipais e neste sentido eu quero transmitir uma preocupação que me chega por parte de alguns municípios que frequentam as Piscinas Municipais, da falta de técnicos e da falta de pessoal ao serviço, que muitas vezes manifesta-se em deficiências de pessoal nas actividades. ***

Um pouco mais adiante, página vinte e dois e eu aqui de facto preocupei-me em procurar um período homólogo do ano passado para analisar estes números. Mas não consegui porque de facto a exposição do Senhor Presidente de Câmara no ano passado era só de uma página A4 e não o contemplava. Mas como tal vou fazer a análise possível. Notamos e vou também referir que na última sessão de Assembleia Municipal, a Senhora Vereadora Cristina Felgueiras referiu-se que a mudança do Espaço Internet do Auditório para a Biblioteca Municipal foi um acto político, ou seja, foi vontade política, não foi por falhas na sala onde o equipamento estava instalado. E aqui reflecte-se isso. E eu hoje, isto é a minha opinião, percebo qual foi o objectivo político associado ao facto. Foi aumentar exponencialmente a atividade da Biblioteca Municipal, porque a partir deste trimestre chega-nos aqui um quadro em que enquadra a actividade da

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

Biblioteca Municipal, junta quer a requisição de livros, quer as consultas de internet e depois, mais à frente, é que vem discriminado quer o quadro dos livros, quer o quadro das consultas de internet. Portanto, o objectivo aqui é claro, foi mostrar que a Biblioteca Municipal está em franca expansão. E penso que de momento era só. Muito obrigado.***

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD): *****

Antes de mais, também gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse uma dúvida que certamente surgiu a mim e não só, relativo ao passivo dos quase trinta e dois milhões, se pudesse esclarecer mais concretamente de onde surgiu este valor e também daquilo que percebi e também peço que me esclareça, posso ter percebido mal, houve uma falta de informação de reporte à DGAL, nos anos de 2010 a 2013. Portanto eu queria tentar perceber esta falta de reporte, o que é que isto prejudicou o Concelho, se é que prejudicou, pode também não ter acontecido, mas de qualquer das maneiras estamos a falar de quatro a três anos, certamente poderá ter havido consequências, ou não, para o concelho.***

Entretanto também ressalvar aquilo que o Senhor Alceu já afirmou, a redução do prazo médio de pagamentos de 698, para 438, portanto uma redução bastante acentuada e também ressalvar a boa participação no que toca às actividades desportivas, nas modalidades da academia, nota-se que realmente há uma boa afluência dos munícipes e é sinal de que efectivamente o concelho não está parado. Obrigado.***

----- **DEPUTADA AURELINA CARVALHO (PSD): *****

Venho falar na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alijó, uma vez que fui interpelada pelo Senhor Deputado Luís Lameiras, portanto eu quero dizer ao Senhor Deputado que a Freguesia de Alijó cumpre criteriosamente as competências que lhe são atribuídas por lei e como pode ler aqui nas actividades da Câmara Municipal, os jardins são municipais, o cemitério é municipal. A aplicação dos herbicidas foi a Junta de Freguesia que comprou o herbicida, portanto a única coisa que nós utilizámos foi o tractor da Câmara Municipal. Os jardins que são afectos à Freguesia são limpos e tratados pelo funcionário da Freguesia. Portanto, aquilo que a Freguesia de Alijó pede à Câmara, julgo que as outras Freguesias também pedem e acho que nunca lhes foi negado. É só. ***

----- Tendo sido solicitada, foi dada a palavra novamente ao Senhor Deputado Cláudio Vilela.***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): *****

Muito obrigada Senhora Presidente pela generosidade. Era então uma coisa muito rápida, é que há pouco na primeira intervenção do Senhor Presidente ele falou que quando recebeu o Auditório ele sofria de danos estruturais. De facto não é verdade Senhor Presidente, o relatório da UTAD veio desmentir isso. Disse que o Auditório não sofria de danos estruturais. Sofria apenas de danos a nível de infiltrações na cobertura.***

A outra questão, Senhor Presidente e voltando também um bocadinho ao passado, o Senhor há pouco referiu-se que nos mandatos socialistas as pessoas exageraram nas construções, nas obras e etc.. Vou-lhe fazer uma pergunta muito directa Senhor Presidente, olhe para nós como sendo o povo do Município de Alijó, somos nós que o representamos aqui nesta Assembleia e diga-me concretamente, qual de todas as obras socialistas que foram executadas no concelho de Alijó o Senhor não faria? Era só, muito obrigado. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

38

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. ***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** ***

Novamente, boa tarde a todos. Vamos então tentar responder a estas interpelações que me foram postas e vou começar pelo Senhor Deputado Luís Lameiras. Diz que salta à vista a discriminação entre freguesias. Não é verdade. Todas as freguesias têm sido atendidas de acordo com os pedidos. Não sei se está a par das coisas ou o que é que acontece, ou fala só por falar. Eu não sei. Não há nenhuma freguesia que não tenha sido atendida a todos os pormenores. Agora, que não há pessoal que possa estar diariamente em todos os lados, não. Isso é impossível. ***

Quanto aos concursos que o Senhor Eng.º João Manuel se referiu, esta transparência é imposta por ele. Atenção. Também é imposta por ele. Não foi uma pergunta. Pela primeira vez vão-se fazer concursos recorrendo a um júri exclusivamente externo à Câmara. Pela primeira vez. ***

Quanto à sua apreciação do nosso trabalho que não tem sido bem realizado, pronto é a sua apreciação. São gostos pessoais. Isso não se discute, não é? ***

Caro Deputado Telmo, a dívida aumenta. Aumentou sim, e sabe porquê? Porque pagámos. Pagámos a dívida que não estava reflectida na contabilidade. Tivemos que a inscrever na contabilidade, logo aumentou. Aumenta dum lado, aumenta do outro. E nós pagámos. E não sei quando é que isto vai parar, que nós estamos a tentar pagar. Portanto vejam, ela só não aumenta quando não está reflectida na contabilidade. Claro que não. Os rácios são muito melhores, são mais positivos. ***

A Vila não aparece limpa por acaso. Como sabem os plátanos, o ex-libris de Alijó é a árvore grande, é um plátano. E toda a Vila está marcada por plátanos. Dão-nos a sua sombra de Verão, a frescura, mas dão-nos uma coisa de inverno que é a queda das folhas. E ela tem que ser limpa. E é um trabalho quase inglório, diariamente. Limpa-se hoje, vem o vento de noite, vem geadas, amanhã está exactamente igual. E ela não aparece limpa por acaso. Eu até gosto de ver a Vila, ao fim de quatro dias, por limpar. É um espectáculo. Pronto, mas há quem não goste e nós estamos a tentar gerir dois dias sem limpar, dois dias a limpar, consoante a noite que faz, se há geadas, se cai muita folha, se não. Portanto, ela não aparece limpa por milagre. É mesmo necessário limpá-la. E se não o fizéssemos estávamos a dar uma má imagem de tudo. Consoante as freguesias fazem, que têm por obrigação também a limpeza de espaços públicos. Eu tenho-as visitado a todas e posso-lhe dizer que este Natal estavam todas muito asseadas, muito limpas. Tudo. Eu fiquei satisfeito porque as transferências que fizemos para as freguesias tinham como objectivo também o asseio, a limpeza, o espaço público. E foram concretizadas. Essas intenções foram feitas. Essas obrigações. ***

Senhor Deputado António Lousa, estas questões que levantou aqui e pergunta e mencionou três Vereadores, eu acho que é uma questão para ser mencionada em reunião de Câmara. Em reunião de Câmara é que é o local próprio para quando se está em público para falar. O público pode-se inscrever e pode questionar directamente os Senhores Vereadores. Aqui não faz nenhum sentido. Faz sentido, quer dizer, pronto, porque tem necessidade de saber o que é que se passa, mas o sentido certo é na reunião de Câmara. Há um momento para o público falar e perguntar. E então lá tudo se esclarecerá, não é preciso estar a dar a palavra a este, àquele, pedir autorização para falar que isto vai-se aqui incendiar uma Assembleia e não é para isso que estamos aqui. Vamos para as reuniões de Câmara. Eu sei que tem participado e a última vez

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslombrento Património Natural

39

fiquei satisfeito. Ontem não houve reunião pública. Há duas reuniões por mês, só uma é que é pública. Ontem não foi. Portanto, apareça. ***

Relativamente às obras que mudam de estatuto. As obras não mudam de estatuto. Os donos das obras é que as vocacionam para o que não foi autorizado. Não é a Câmara que lhe muda o estatuto. Ora eu peço para fazer um armazém e a seguir meto-me lá dentro e faço uma cozinha e a culpa é da Câmara? Não, a Câmara tem a sua fiscalização, quando detectar o facto tem que o corrigir ou adaptar-se às regras ou às consequências. Agora, a Câmara não muda de estatuto as obras. ***

Quanto à quebra do betuminoso em Soutelinho eu desconhecia. Temos que verificar e se efectivamente quem andou lá a compor tem alguma deficiência na obra, ela ainda está garantida, temos que accionar a garantia da obra, não é? Ela tem um tempo de garantia. Eu desconhecia isso. Mas é natural com a geada, é natural. Pronto e também estamos de acordo. É melhor prevenir que remediar. Nisso estamos completamente de acordo. ***

Senhor Alceu obrigado pelo reconhecimento das obras e efectivamente vê que a Câmara não está parada e temos estado a trabalhar. ***

Senhor Deputado Cláudio Vilela claro que os valores das contingências só podem ser inscritos na contabilidade quando transitados em julgado. Aqui não estão contingências. ***

Diz que a unidade orgânica de empreendedorismo teve muita actividade. Ainda bem porque estão a começar é bom que se adaptem a um ritmo intenso e gostaria que toda a gente divulgasse que aquela porta está aberta para os privados irem lá e se esclarecerem e porem a unidade a trabalhar. É só para isso que ela existe. ***

Quanto à falta de pessoas nas Piscinas Municipais, não concordo, não concordo. É talvez o equipamento que tem mais pessoas. O que se passa, deixe-me terminar, o que se passa é que as férias, toda a gente gosta de ter no Natal e se calhar marcaram férias sobrepostas. Foram autorizadas sobrepostas e agora estamos a sofrer as consequências. De futuro a marcação de férias não vai ser feita assim. Não vai ser feita assim porque tem que estar sempre alguém a assegurar, porque o número de funcionários nas piscinas é suficiente. ***

Senhor Deputado Samuel eu vou passar a esclarecer as consequências que houve para o Município da falta de reporte à DGAL. Mas primeiro vamos esclarecer a falta de cumprimento de uma exigência. A partir do momento que ultrapassamos o nível de endividamento nós éramos obrigados a reduzir esse excesso de endividamento em 10% ao ano. Não o fizemos e como não o fizemos tivemos que arcar com as consequências, que foi uma retenção de cinquenta e dois mil euros, por mês, nas transferências do FEF para o Município, até perfazer um milhão e trezentos e quarenta mil euros. Esse milhão trezentos e quarenta mil euros foi retido na DGAL por força do incumprimento da redução do nível de endividamento em 10%. No entanto nós podemos ir recuperá-lo e é nossa intenção firme recuperar. Estamos no terceiro ano em que o podemos fazer. Ao fim de três anos pode o Município já não ter acesso ao dinheiro. Isso trouxe-nos consequências e está-nos a trazer consequências de argumentação e contra-argumentação da forma como vamos utilizar esse dinheiro. Agora temos que o usar, temos, porque se não usarmos vamos cair numa coisa muito complicada. Vamos cair no FAM. Somos obrigados a ser resgatados, isto é, vamos ultrapassar o nível de endividamento de 300%. A última vez que nós medimos o nível de endividamento estávamos em 252 e podemos de repente, se não estivermos a contar, porque esse dinheiro já estava inscrito. Já estamos a contar com ele. Portanto, nós temos que fazer tudo para recuperar esse dinheiro. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40

Quanto à falta de reporte, de mapas, destes cinquenta e tal mapas, tínhamos lá retidos 225 mil euros. Actualizámos, temos os mapas todos ao dia e devolveram-nos os 225 mil euros. Portanto, essa parte está sanada. ***

Senhora Deputada Aurelina efectivamente o que disse é verdade. O que a Junta de Freguesia pede à Câmara, todas as Juntas o podem pedir e pedem. E são atendidas de acordo com as prioridades que temos. ***

Senhor Deputado Cláudio desculpe, a última pergunta eu não entendi. Pode formular novamente? Já sei, já sei. Qual das obras é que eu não faria? Aquela que não tivesse dinheiro para pagar. ***-

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigada Senhor Presidente. Agora eu ia propor, que a tarde já vai longa, um intervalo de 10/15 minutos. Muito obrigada.***

----- Reaberta a sessão, foi novamente feita a chamada, tendo-se verificado que, além dos Senhores Deputados que faltavam inicialmente também faltava o Senhor Deputado Hélder Furtado. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:*****

O Senhor Deputado António Lousa tinha posto aquelas três questões. Eu queria perguntar-lhe se mantém o propósito, ou se pretende pôr essas questões em reunião de Câmara numa reunião pública? ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Se me for comunicada com antecedência quando é a reunião pública eu estarei presente.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E é aí que quer pôr as questões? ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Torno a reafirmar as questões. Reafirmo lá outra vez as mesmas questões aos Vereadores.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Mas o que eu lhe estou a perguntar, em concreto, é se quer que seja respondido aqui, ou se guarda isso para a reunião de Câmara? ***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** Dado o adiantado da hora e estarmos só no primeiro ponto e como isso ia ser um bocado exaustivo, se calhar e como hoje é Natal, são festas, pode ser na reunião de Câmara, se os Senhores Vereadores acharem que é conveniente. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** ***

Fica então para a reunião de Câmara. Muito obrigada. Senhor Deputado Laureano, só uma questão. Parece que houve em relação àqueles votos, eu apercebi-me de uma confusão, que não queria estar a votar em si próprio, mas eu creio que o Senhor Deputado se absteve no primeiro voto e seria para votar favoravelmente. É isso? Como é óbvio, iria abster-se no segundo porque estava em causa a sua pessoa. É isso? Portanto, se entenderem, iríamos proceder à correcção. Passará de seis abstenções para cinco abstenções no voto de louvor à Comissão Organizadora e vinte e um votos a favor. É isso? Está feita a correcção. Muito obrigada.***

-----Tendo sido solicitada, foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado António Lousa.***

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

47

Comprometo-me, nessa reunião, depois das respostas dos Senhores Vereadores fazer chegar a todos os Deputados Municipais.***

PRESIDENTE DA MESA: Não é necessário Senhor Deputado. Entendo que não é necessário porque fica registado em acta e nós lemos as actas. Muito obrigado.***

DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA: Está certo. ***

Introduziu de seguida o **ponto número dois** da ordem do dia: "**Pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Senhor Deputado Hélder Filipe Pinto Furtado – Apreciação.**"

— **PRESIDENTE DA MESA:*****

O ponto dois da ordem do dia é o requerimento apresentado pelo Deputado Hélder Filipe Fernandes Pinto Furtado. Ele está ausente, ele esteve na primeira parte, ausentou-se ou já não virá e eu queria pôr-lhe esta questão que é se ele mantinha o propósito da suspensão do mandato uma vez que já decorreram pelo menos noventa dias.***

Uma vez que não está cá, presumo que se mantém a vontade dele e é isto que está em apreciação. ***

O Senhor Deputado vem suspender o mandato, porque diz que vai estar temporariamente afastado da área do município por um período de 365 dias.***

Isto sem prejuízo das diligências que irão ser tomadas noutra sentido, está em apreciação da assembleia o pedido de suspensão do Senhor Deputado Hélder Pinto Furtado.***

Alguém quer pronunciar-se? ***

Foram abertas inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras e Alceu Costa. ***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** ***

Senhora Presidente queria-lhe perguntar o seguinte: o Senhor Deputado Hélder Furtado, se não estou em erro, queria que confirmasse ou não, se não estou em erro, faltou a pelo menos três sessões seguidas, pelo menos, Certo? ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Precisamente. E eu disse sem prejuízo das outras diligências que irão ser tomadas.***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Pronto, pronto. Então a minha pergunta é esta: porque é que não procedeu de acordo com aquilo que diz o Regimento? Ou seja, com três sessões a que ele faltou dá perda de mandato. E que tem de ser comunicado.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Tem que ser comunicado ao Senhor Procurador do Tribunal Administrativo de Mirandela o que vai ser feito. ***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Pronto, mas porque é que não o fez logo na altura? É que já vamos para além desse tempo.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E qual é o tempo de comunicação? Já agora pergunto.***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Qual é o tempo? Ou se devia proceder de uma forma ou de outra.***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Não. Aliás, mesmo que apresentasse a renúncia, independentemente disso, eu teria que comunicar ao Senhor Procurador para efeitos de apreciação da perda de mandato. Uma coisa é o pedido de suspensão e ele pode-o pedir. A Assembleia vai apreciá-lo, sem prejuízo da comunicação que eu vou fazer em virtude das faltas que ele já teve. ? ***

----- **DEPUTADO LUIS LAMEIRAS :** Não me parece... ***

----- **PRESIDENTES DA MESA :** Não lhe parece? É assim. Era só? ***

----- **DEPUTADO LUIS LAMEIRAS :** Era só. ***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** ***

O que eu tinha para dizer, gostaria que ele estivesse presente e tenho pena que não esteja. No fundo para dizer que evidentemente nós não temos nada a opor ao facto. Apenas lhe desejamos que a vida dele singre e que gostaríamos muito de não o perder enquanto empresário que é de importância para o Concelho. Ele é empresário era bom que não se afastasse definitivamente do Concelho. Esperamos bem que o não faça. Muito obrigado, ***

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD):** ***

Era só para pedir desculpa porque tenho de me ausentar, tenho a Assembleia de Freguesia também neste horário e pedia autorização à Senhora Presidente para me ausentar.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E vai ter de se ausentar dentro de quanto tempo? ***

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD):** Agora.***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Faz favor. Se tem a Assembleia de Freguesia está dispensado. ***

Aprovada a suspensão de mandato, a Presidente da Assembleia Municipal informou que para a reunião da assembleia seguinte seria convocada o membro seguinte da lista do PS. ***

Introduziu de seguida o **ponto três** da ordem do dia: "**Documentos Previslonais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos), para o exercício económico de 2015 – Aprovação** e informou que foi apresentada à Mesa uma comunicação do Executivo, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a exposição feita. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** ***

O Executivo fez uma comunicação à Mesa e eu vou ser rápido, dizer o que é que comuniquei à Mesa. Pedi que retirasse este ponto que é a aprovação do orçamento. Mas quem tem competência para retirar o ponto é a Mesa. Eu apenas faço um esclarecimento à Mesa de todos os factos que rodearam esta decisão. Não está em conformidade como a lei exige. Estivemos ontem até às oito da noite a trabalhar com a DGAL no sentido de nos mandar um parecer positivo. Eles acharam que não e que já não tinham tempo. De maneira, o que estava previsto para hoje introduzimos, o parecer da DGAL, o parecer não é favorável, nem vale a pena submeter este documento à Assembleia. ***

Como tal, estudámos a situação e a lei remete-nos para o seguinte. Que podemos continuar o mês de Janeiro com o orçamento que vem de Dezembro, desde que tenhamos fundos disponíveis, meios financeiros. Não há qualquer problema. Ele pode-se prolongar por mais um mês. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

Entretanto temos a intenção de no início do mês de Fevereiro submeter o documento previsional já devidamente adequado às exigências da DGAL. E as exigências da DGAL surpreenderam-nos por dois factos. Primeiro há um desvio aqui no orçamento. O desvio no ano passado eram de quatro milhões. E de há dois anos eram de quatro milhões. Este ano há aqui um desvio de trezentos e quinze mil euros. Mas a lei prevê que possa haver até 5% do FEF, possam ser corrigidos durante o ano. Portanto nós poderíamos corrigir na Assembleia de Fevereiro. Eles entenderam que não. O facto de estarmos numa execução de dois programas financeiros estão-nos a exigir uma coisa que nem na lei está. ***

Portanto, a nossa contra-argumentação foi esta, a visão da DGAL, que estava com muita pressa e que iam de fim-de-ano, que iam para aqui, para ali. E pronto. A culpa não é deles. A visão é deles, mas a culpa também tem que ser repartida um pouco por nós, porque atempadamente devíamos ter consultado qual era a visão deles. Nós fomos mesmo surpreendidos, não sabíamos que tinham esta visão de que não podia haver o desvio. ***

Também outra questão que se põe aqui é a nossa vontade de recuperar o Fundo de Regularização Municipal, que é um milhão e trezentos e quarenta mil euros. E que foram retidos na seguinte proporção: 10% era capital e 90% despesas correntes. Ora nós inscrevemos essa dotação no orçamento, inscrevemos exactamente de acordo com a forma como nos foi retido. Eles agora dizem-nos que não. Agora a regra é outra. Só podemos usar 50% num lado e 50% no outro. Logicamente dá-nos este desvio. Como nós estamos num momento de equilíbrio financeiro e vamos apostar que este ano seja o equilíbrio financeiro, comunicámos à Mesa esta desconformidade que há no orçamento e estas visões diferentes que nós temos, nós e a DGAL, porque a DGAL no final até acaba por dizer «os Senhores até cumprem, cumprem em excesso, mas entretanto já não podemos fazer outro parecer. Já vamos de férias. Já vamos não sei quê e acabou». Expirava hoje o tempo de um novo parecer e eles recusaram-se a fazer, pronto, muito bem, estão no direito deles. ***

De forma que nós comunicámos à Mesa da Assembleia esta desconformidade e a Mesa da Assembleia só ela é que tem a competência de retirar o ponto ou não, face à desconformidade que apresenta o orçamento e foi nesse sentido que dirigi à Mesa da Assembleia este esclarecimento, que é um documento que eu posso pedir ao nosso Director Financeiro para o explicar um pouco melhor. Dá-me licença que o Dr. João explique?" -----

-----A **PRESIDENTE DA MESA** autorizou que a explicação do documento fosse feita pelo Chefe de Divisão Financeira e Administrativa, Dr. João Areias tendo, após solicitação, pedido ao secretariado para disponibilizar cópia do documento aos Senhores Deputados e aos Senhores Vereadores, o qual ficará em acta. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27

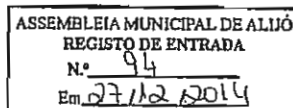


ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

44

1



Exma. Senhora,
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Dr.ª Manuela Domingues

Da Ordem do Dia desta Assembleia Municipal, Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2014, consta o Ponto 3 "Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos), para o Exercício Económico de 2015.

A aprovação deste ponto carece de parecer favorável da DGAL.

Do parecer emitido pela DGAL, e apesar das discordâncias técnicas que adiante esclarecemos, ressalta uma desconformidade dos referidos documentos para com a Lei.

A verificação da conformidade legal das propostas apresentadas a votação é da Mesa da Assembleia Municipal pelo que deixo à consideração de V.ª a violação, ou não, dos referidos documentos.

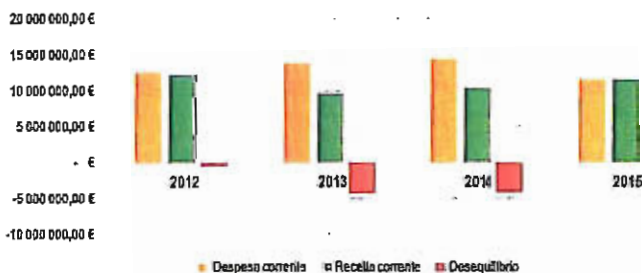
Esclarecimentos sobre o entendimento técnico de validação da opção técnica da retirada do ponto do orçamento municipal para 2015, pela Assembleia Municipal, na 5.ª sessão ordinária, que propunha a sua aprovação.

1. Equilíbrio Orçamental Corrente

Até ao final do ano transato o equilíbrio corrente era dado pela expressão de que as receitas correntes tinham que ser maiores ou iguais às despesas correntes.

O Município de Alijó em situação de desequilíbrio estrutural financeiro registou entre 2012 e 2014, conforme o quadro abaixo mostra, um desequilíbrio corrente. Neste quadro, à luz da legislação anterior, o orçamento municipal para 2015 garantiria esse equilíbrio.

Documentos Previsionais 2012-2015



Mas, este conceito de equilíbrio orçamental corrente teve uma última atualização, através da publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a nova Lei das Finanças Locais, cujo início de vigência ocorreu em 1 de janeiro do corrente ano. Assim, o equilíbrio corrente é agora dado pela expressão de que "a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos".

¹ Empréstimos contraídos antes de 1 de janeiro de 2014: Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

45

2

O quadro abaixo mostra a diferença provocada pela alteração legislativa.

Documento Provisional	2015 (nova)	2015 (anterior)
Despesa corrente	11 612 103,50 €	11 612 103,50 €
Amortizações médias*	1 236 333,46 €	- €
Recetta corrente	11 612 103,50 €	11 612 103,50 €
Desequilíbrio	- 315 270,86 €	0 €

Note-se que neste quadro ao valor das amortizações médias, para fins de quantificação de equilíbrio corrente, expurgou-se o valor de €921.062,60 referente à utilização do passivo financeiro PAEL para pagamento de despesas correntes naquele montante.

Nesta interpretação da fórmula de cálculo do equilíbrio corrente coloca-se a dúvida:

Se, por um lado, a recetta é a cobrada bruta, não deveria a despesa ser precisa de igual modo, identificando-se o estado da comprometida, faturada ou paga?

Fica a dúvida que a própria lei não esclarece, limitando o entendimento e a exatidão.

Um segundo aspeto é o facto de se ter que garantir um equilíbrio corrente provisional, quando a verdade é que é no momento de fecho de contas que se alicia tal.

A tudo o acima exposto acresce o facto de se ter solicitado, junto da DGAL, que de igual modo fosse contemplado para o cálculo acima apresentado, em referência a 2015 e pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o Fundo de Regularização Municipal, em concreto a parte de capital que são €670.125,00 (50% de €1.340.250,00, este é o valor retido do Fundo de Regularização Municipal publicado em Diário da República), que se canalizaria para pagamento de despesas correntes. Resumindo, um procedimento à imagem de um produto financeiro como o PAEL, que transforma dívida de curto prazo em médio e longo prazos.

Todavia apesar das considerações técnicas, entre outras, terem sido apresentadas junto da DGAL, estes argumentos que se consideram análogos do ponto de vista técnico, mas sobretudo justos, obtive-se como resposta:

"Sabendo que a autarquia apresenta uma situação especial, fruto da existência de empréstimos contratados para pagamento de dívidas que ainda não estão integralmente utilizados, e que esses instrumentos causam uma situação particular de se ter despesa corrente a ser financiada por receita de capital, procedeu-se a uma análise de como seria o equilíbrio corrente expurgando da despesa corrente os montantes que são financiados por receita de capital (passivos financeiros). Considerando a informação remetida pela autarquia, mesmo expurgando este efeito o equilíbrio continuar a não se verificar, sendo que em sede de nota de rodapé se afirmou que potencialmente se poderia atingir materialmente o equilíbrio corrente se a despesa corrente financiada fosse de montante superior.

Os montantes afetos ao FRM poderão do facto também um efeito análogo, na medida que o FRM também é composto por receitas de capital. A diferença reside no facto do FRM só ser composto em 50% por receitas de capital. De facto, dos €1.340.000 mencionados no vosso e-mail, €670.000 referir-se-ão a valores retidos de FEF corrente e €670.000 a montantes retidos de FEF de capital.

Assim sendo, e considerando que a autarquia não está a seguir o preconizado no entendimento emitido pelo SATAPOCAL², pelo que daí entrada nos anos das retenções dos montantes líquidos e prevê com a utilização der então entrada na recetta dos montantes retidos, para se cumprir o equilíbrio corrente o Município tenha que prever pagar no âmbito do FRM despesa corrente num

² divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato, conforme artigo 83.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

³ Empréstimo contratado depois de 1 de janeiro de 2014: "considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contratado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo", conforme n.º 4, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

⁴ Nota no entendimento do SATAPOCAL consta a data "Outubro de 2014"

2

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

46

3

valor de quase 1 milhão de euros (os 670 mil referentes à receita corrente que o Município já prevê arrecadar e utilizar em 2015, mais 315 mil euros com recurso a receita de capital do FRM que o Município prevê arrecadar para compensar materialmente o desvio que atualmente se verifica no equilíbrio).

Assim sendo, dependendo dos montantes de dívida referente a despesa corrente que sejam pagos com recurso a verbas de passivos financeiros e com a componente de capital do FRM poderá o Município cumprir materialmente a regra do equilíbrio, sendo esse, no entanto, um apuramento que a própria autarquia deverá fazer, aliás porque o equilíbrio deverá ser cumprido não só em sede de orçamento, como também em sede de execução.

Chama-se também a atenção de que, conforme previsto na Lei n.º 73/2013, desvios de até 5% no equilíbrio corrente poderão ser compensados no ano seguinte.

Deste último parágrafo resulta:

Conforme previsto na Lei n.º 73/2013, desvios de até 5% no equilíbrio corrente poderão ser compensados no ano seguinte.	5%	11 612 103,50 €	580 605,18 €
---	----	-----------------	--------------

A DGAL informou que, não obstante, expurgando esse valor da análise (€921.062,60), o Município de Alijó mantém o incumprimento do princípio do equilíbrio, uma vez que a receita corrente previsional é inferior, em €315.270,86, à soma da despesa corrente previsional com as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Em conclusão, poder-se-ia, então, entender que este diferencial de €315.270,86 poderá ser compensado pelos €670.125,00 do Fundo de Regularização Municipal de capital ou considerar que está enquadrado no limite de 5% a compensar no ano seguinte.

2. Quadro Plurianual Municipal (QPM)

Quanto ao facto deste quadro não acompanhar os documentos previsionais para o próximo ano, foi emitida uma declaração justificativa que acompanhou a proposta de orçamento, entendendo-se que não se verificou o cumprimento do disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e transcreve-se:

CAPÍTULO IV

Regras orçamentais

(...)

Artigo 44.º - Quadro plurianual municipal

1 - Atendendo ao disposto no artigo 41.º, o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo municipal uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal apresentada após a tomada de posse do órgão executivo, em articulação com as Grandes Opções do Plano.

2 - O quadro plurianual de programação orçamental define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes.

3 - Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

4 - O quadro plurianual de programação orçamental é atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes, no orçamento municipal.

3

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

47

4

Artigo 47.º - Regulamentação

Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei.

Dentro daquele período e até à presente data não se verificou a publicação, conforme foi atestada pela DGAL, de que não obstante o decreto-lei que regulará os elementos constantes dos documentos referidos no Capítulo IV da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ainda não ter sido publicada, os Municípios encontram-se obrigados a elaborar o quadro plurianual municipal. Neste sentido, sugeriu que no mínimo o Município devia prever, quando da elaboração do quadro plurianual que acompanha a proposta de orçamento municipal, os totais de receita e de despesa para o horizonte temporal 2015-2018, salientando que os limites dessa previsão assumem caráter vinculativo para o ano 2016 (ano seguinte ao do exercício económico)."

Conclusão

Atendendo a toda a exposição técnica e de interpretação e de acordo com o carácter especial em que a própria DGAL nos enquadrou, bem como o facto:

- De se encontrar em execução o PAEL;
- De se encontrar em execução o Reequilíbrio Financeiro;
- Do Fundo de Regularização Municipal ser arrecadado pela execução;
- Da boa execução dos referidos programas dependa o ajustamento ao PAF;

Perante as recentes alterações legislativas, tinha-se como expectável que, até à plena execução dos empréstimos e à imagem dos anos anteriores, seria permitida esta situação transitória, até porque a Câmara tem vindo, sucessivamente, a dar sinais de cumprimento e de melhoria.

Entendeu, pois, o Executivo deste Município, de acordo com aconselhamento técnico, rever os Documentos Previsionais para 2015, conferindo-lhe desta forma uma realidade consensual com o momento de emergência municipal que se vive e em total respeito pelas normas legais interpretadas pela DGAL.

Neste cenário, nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, devidamente atualizado, o Orçamento a vigorar neste período, desenvolver-se-á, até à aprovação dos novos Documentos Previsionais para 2015, nos termos abaixo do ponto 2.3 da lei atrás citada:

"3. Em caso de atraso na aprovação do Orçamento, manter-se-á em execução o Orçamento em vigor no ano anterior, com as modificações que, entretanto, lhe tenham sido introduzidas até 31 de Dezembro.

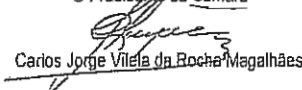
4. Na situação referida no número anterior, mantêm-se também em execução o plano plurianual de investimentos em vigor no ano económico findo, com as respetivas modificações e as adaptações decorrentes da sua execução nesse ano, sem prejuízo dos limites das correspondentes dotações orçamentais.

5. Durante o período transitório, os documentos previsionais podem ser objeto de modificações nos termos do presente diploma.

6. Os documentos previsionais que venham a ser aprovados pelo órgão deliberativo, já no decurso do ano financeiro a que respeitam, integrarão a parte dos documentos previsionais que tenha sido executada até à sua entrada em vigor."

Município de Alijó, 27 de dezembro de 2014

O Presidente da Câmara


Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

4

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

48

Atendendo, porém, ao tempo necessário à tiragem de cópias do documento, a Senhora Presidente propôs que se avançasse para os pontos da ordem do dia que eram só para efeitos de conhecimento, o que foi aceite.***

Assim, introduziu o **ponto número quatro** da ordem do dia: "**Relatório de despesa em compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica da Assembleia Municipal – Conhecimento.**" dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para o apresentar. ***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:*****

É para informação, mas isto é dar cumprimento às obrigações e aos compromissos. Nós temos que apresentar todos os anos o relatório dos compromissos plurianuais e trazemos aqui o relatório de despesa com compromissos plurianuais. Tem um valor de mil e quatrocentos euros para a SINGOV, que tratou-se do acesso a uma plataforma informática de contratação pública diferente da que tínhamos." ***

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Perguntou se alguém queria questionar o Senhor Presidente sobre o ponto em apreciação. Não havendo inscrições introduziu o **ponto número seis** da ordem do dia: "**Revisão orçamental N.º 2 dos DP2014 – Apreciação técnica da DGAL – Conhecimento.** ", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA: *****

Portanto, também temos que dar conhecimento de uma alteração orçamental que foi feita e que tem que ter o parecer da DGAL. O parecer está aqui, é favorável. Está tudo bem. Esta alteração fez-se no sentido de compramos uma pequena máquina, aquelas giratórias chamadas touché, que não estava contemplada em orçamento. Não havia rubrica, tivemos que fazer. E ainda para compramos contentores. Contentores do lixo que também não estava previsto em orçamento e tivemos que abrir essa rubrica. Temos que dar conhecimento à DGAL e esperar pelo parecer da DGAL. A DGAL está aqui o parecer favorável. ***

Portanto vimos dar o conhecimento à Assembleia desta alteração que foi feita, desta revisão orçamental para a compra da touché e dos contentores. ***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições tendo-se inscrito os Senhores Deputados Cláudio Vilela, Telmo Pinto e Alceu Costa.***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): *****

Relativamente à compra da touché, uma mini-giratória, penso que esta alteração orçamental também contempla a Unidade Móvel de Pequenas Reparações, ou não? Não tem a ver com isso? Posso estar a fazer alguma confusão. É que numa das reuniões de Câmara e eu refiro novamente, posso estar a fazer alguma confusão, numa das Reuniões de Câmara eu estava, e convém se calhar um esclarecimento, porque às vezes uma pessoa não percebe tudo também, não é? Estava numa das últimas Reuniões de Câmara Públicas e lembro-me que alguns dos Senhores Vereadores levantaram uma questão sobre que havia um orçamento para contemplar algumas destas viaturas a fundos comunitários. E eu queria saber se de facto elas foram contempladas por fundos comunitários ou não? Porque de facto o enquadramento legal é totalmente diferente, não é? Era só, muito obrigado.***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS): *****

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

49

Só para fazer referência de facto é que este documento, tal e qual como estaríamos à espera no ponto três, vem acompanhado pelo parecer da DGAL. E quando eu recebi os documentos verifiquei, que estranhamente esta alteração vinha acompanhada do respectivo parecer e o ponto três não vinha. Portanto, é só para fazer referência a isso. Pronto, é um procedimento legal.***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): *****

Bom, nós já vimos aqui que de facto o impacto financeiro é nulo. Também já nos foi dito que era para aquisição de contentores, sempre precisos e pedidos pelos Senhores Presidentes de Junta e bem e também para a compra da mini-giratória. Eu não sei se me é possível darem-me esses dados. É uma mera curiosidade. Já agora saber quanto custou a mini-giratória e qual o plano de pagamento da mesma. ***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA: *****

Relativamente à questão que me pôs e que ouviu na Câmara em que estava presente numa reunião pública, essa questão foi posta porque estava inscrita uma verba de sessenta mil euros para a compra de uma Unidade de Reparações Domésticas. Ora, havia ali um excesso e era para ser participado. Como nós podemos mexer no dinheiro, mexemos em dezassete mil euros, foi quanto custou com a adaptação, foi quanto custou aquela Unidade, mexemos sem fazer alterações quantitativas, só qualitativas e isso nós podemos mexer. A rubrica está lá, ainda está dotada de quarenta e três mil euros, ou qualquer coisa, que ainda vai dar para mais alguma coisa. Portanto não há problema. ***

Quanto custou e quanto ao plano de pagamento: está paga. A touché custou - está-me aqui a dizer o Director Financeiro a dizer - à volta de trinta e cinco mil euros. Está paga. Não temos esse costume. Para encomendarmos, se não está paga está em tramitação. Está o compromisso assumido. Tem um número, está cativo o dinheiro, não serve para mais nada se não para pagar aquilo.***

----- **PRESIDENTE DA MESA: Senhor Presidente, o Senhor Deputado Telmo Pinto tinha posto a questão por causa do parecer.*****

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA: *****

Exacto. O parecer não acompanhou e com certeza deu conta da falta dele. Nós tencionávamos, julgámos que era possível que ainda ontem à noite fosse enviado e chegar aqui e solicitar à Assembleia a introdução desse ponto do parecer a acompanhar o orçamento. Não foi possível.***

----- **A PRESIDENTE DA MESA introduziu o ponto número sete da ordem do dia: "Redução obrigatória do número de trabalhadores em 2014 – Conhecimento." dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a respectiva apresentação. *****

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA: *****

Este ponto tem a ver com uma obrigação que temos que cumprir e que deriva de estarmos num programa de Apoio à Economia Local. Nós somos obrigados a reduzir o número de trabalhadores em 3% anualmente. Os Municípios que não têm este desequilíbrio são obrigados a dois. Nós somos obrigados a três e é para darmos conhecimento que cumprimos este ponto. Foram reduzidos. Ao dia de hoje, somos cento e quarenta e um trabalhadores na Câmara Municipal de Alijó. Portanto, atingiu-se o objectivo.***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

50

----- Aberto o período de inscrições, inscreveram-se os Senhores Deputados Luís Lameiras, Marco Rodrigues, Alceu Costa e Telmo Pinto.***

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): ***

Ora, em relação a este ponto, o ponto número sete, devo dizer que, segundo me parece, a redução de trabalhadores até foi além daquilo que a lei exige. Ou seja, penso que a lei exigia três e reduziram-se cinco. De salientar que destes cinco, foram quatro reformados e um a contrato a termo, que não foi portanto renovado.***

Depois, parece-me que há aqui uma incongruência aqui na actuação política deste Executivo. Quer dizer, por um lado, porque a lei exige reduz-se e foram até além como eu disse, mas depois, por outro lado, logo no início do mandato foi um adjunto da Vereação. Com esta nova reorganização, um Chefe de Gabinete. Depois, foi-nos apresentado também dois concursos extemos, que depois acabaram, pelo menos, por agora, por desistir deles. Parece-me que há aqui qualquer coisa que não bate certo. Gostava de uma explicação relativamente a esta matéria.***

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD): *****

Era só para perguntar se o número que disse de funcionários actualmente já contempla também os funcionários que estão de licença sem vencimento ou se são os funcionários efectivos que de facto estão a trabalhar atualmente no Município? Era essa a minha questão.***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): *****

A minha intervenção era mais para fazer uma sugestão ao Executivo. Uma vez que prevêem por cada duas saídas esteja prevista a entrada de uma pessoa, não sei se está previsto a entrada de alguém nem estou preocupado com isso, mas eu gostaria de salientar o seguinte: a gente vê que onde há menos pessoal é no sector das obras. Onde se vê menos gente é lá fora. Eu não digo que as pessoas que estão cá dentro não sejam precisas, mas lá fora é de facto que a gente nota mais a falta das pessoas. Portanto, a minha sugestão era para que no futuro, quando admitissem pessoal procurassem dar prioridade de facto ao pessoal ligado às obras que tanto precisos são lá fora. Até porque reparem, eu acho e isto foi prática nesta Câmara, durante muitos anos faziam-se muitas pequenas obras com o pessoal da Câmara. Evitavam-se empreitadas, pequenas empreitadas, uma série de coisas. Poupava-se muito dinheiro nisso. Portanto, acho que era importante que no futuro, nas admissões, tivessem em conta este pomenor. Dar prioridade ao sector das obras. Muito obrigado.***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS): *****

Relativamente a este assunto, apenas uma referência, que tem a ver precisamente no fundo com aquilo que o Deputado Luís Lameiras salientou e referenciou aqui, que tem a ver precisamente com o facto de mais uma vez sermos o patinho feio e os maus da fita, mas este documento só vem dar razão àquilo que foi a nossa posição na Assembleia Municipal de 30 de Setembro quando reprovámos uma proposta que vinha aqui da reestruturação orgânica da Câmara. Portanto, tudo aquilo que a gente tem referenciado e mais uma vez sublinho, tudo aquilo que temos referenciado, tudo aquilo que temos no fundo criticado, sempre numa perspectiva construtiva, em relação a alguns procedimentos que o Executivo vem tendo, o tempo vai-nos acabar por dar razão. Este é mais um daqueles documentos que nos vai dar razão relativamente à nossa posição assumida anteriormente. Muito obrigado.***

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA: *****

Senhor Deputado Luís Lameiras, quando fala em redução de 3% sobre 145, o que dá 4,3 funcionários, o que dá quatro funcionários e não cinco. A forma como se atinge esse número é indiferente. Não é indiferente é que só reduzíssemos três. E felizmente que foi assim, que foi dessa forma, que não tivemos que pôr ninguém em pré-reforma, nem negociar com ninguém a saída. Felizmente que foi assim. Portanto, é uma situação que nos convém a todos que isto venha a acontecer, por reformas, reformas antecipadas e ninguém ser empurrado para fora do Município. Portanto, dá 4,3 foram quatro funcionários que saíram. ***

Agora, quanto à incongruência das regras é possível admitir sempre um por cada dois que saíam, desde que se cumpra a redução dos 3%. Nós até podemos cumprir, imagine, a redução em 5%. Ok, dá-nos uma folga para entrar uma pessoa. Imagine, 5% saíam seis pessoas. Cumpríamos os três e ficávamos com uma folga de dois. Cada dois que saíam podia entrar um. Portanto, dava-nos uma folga de admitir um funcionário. E como foi aqui referido, nós vamos chegar a um momento que não temos funcionários externos. Os recursos estão-se a reformar por força do trabalho que tiveram, das maleitas que foram acumulando ao longo da vida e do trabalho esforçado, de tudo o mais, prontos eles estão-se a reformar. Muito bem, chegou o momento deles. Mas nós vamos ter que utilizar este mecanismo para reforçar o pessoal externo. Não ponham dúvida. Porque aqui temos muitos técnicos superiores. Ainda bem, porque temos uma equipa técnica boa. Mas lá fora não está a ser...ora bem, suficiente tem sido, mas não estamos a prever as falhas. Estamos a ver que vai falhar, mas temos que preparar o terreno para no dia que isso acontecer possamos admitir, abrir concursos para alguém. ***

Pronto é a sugestão do Senhor Alceu e que já foi verificado por nós que rapidamente vamos cair nessa situação de não termos ninguém no pessoal externo. E quando há bocado me falaram que não inclui no custo das obras o pessoal que trabalha na Câmara, não tenho que incluir. Porque o pessoal que trabalha na Câmara trabalha para o Município todo, está em todo lado. E nunca incluímos a mão-de-obra que se vai prestar às diversas Freguesias nos custos ou no valor das transferências. Isso é um custo fixo da Câmara. Portanto temos que o usar da melhor maneira. Essa questão que me pôs, só contam os funcionários efectivos, tudo o que é efectivo. Mas por estar de licença não quer dizer que não seja efectivo aqui. Está de licença mas pode entrar em qualquer momento. Pode ser interrompida. Conta na mesma. ***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** reintroduziu o ponto número três da ordem do dia. "**Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos), para o exercício económico de 2015 – Aprovação.**", dando a palavra ao Senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. *****

Boa tarde a todos. Vou pedir desculpa antes de mais porque não tenho uma grande experiência na oralidade daqui deste ponto, portanto perdoem-me alguma coisa. Relativamente ao assunto em concreto e voltando um bocadinho atrás, o processo começou em Setembro, quando fizemos a primeira versão do Orçamento Municipal e o remetemos para a Assembleia Municipal ainda de Setembro para chegar aos Senhores Membros da Assembleia Municipal. Aquilo que se veio mais tarde a verificar é que pela primeira vez havia um documento que poderia ir directamente aos Membros da Assembleia e não passar por uma sessão da Assembleia. Isto foi o primeiro ponto que esta nova lei estipulava. ***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

52

Posteriormente e porque estávamos numa fase de reequilíbrio e de PAEL aguardávamos que a qualquer momento chegasse o empréstimo referente ao reequilíbrio financeiro, que aguardava o visto do Tribunal de Contas, o que se veio a verificar. A opção técnica sugerida na altura foi que, de modo a aproximar os valores do orçamento feito em Setembro e os reais valores que deveriam ser refeitos, por via da reestruturação orgânica, mas também por via do reequilíbrio financeiro. ***

Portanto, nós passámos de um orçamento de vinte e nove para dezassete milhões de euros e portanto, esses doze milhões de euros de redução são basicamente aquilo que foi libertado do empréstimo do reequilíbrio que se cifrava entre a Caixa Geral de Depósitos e o Crédito Agrícola, na ordem dos quinze milhões de euros. ***

De seguida nós refizemos o documento e remetemo-lo à DGAL no final do mês de Outubro e aguardámos que viesse o parecer. O documento que têm aí precisa exactamente a história desta situação. ***

Ao longo dos últimos quatro anos, incluindo 2015, 2014, 2013 e 2012, com especial incidência no ano de 2012, 2013 e 2014 verificou-se um desequilíbrio ao nível das despesas correntes. O equilíbrio corrente dado pela lei antiga dizia que as receitas correntes deviam ser, no mínimo, iguais às despesas correntes. A nova lei das finanças locais, que entrou em vigor no ano passado em Setembro, dia três, estabeleceu um novo critério, que diz que, portanto, o equilíbrio corrente tem que ser dado pelas receitas correntes, no mínimo iguais às despesas correntes somadas das amortizações médias dos empréstimos contraídos em referência aos montantes que estão ainda por liquidar. Aqui há uma separação de empréstimos, os que estavam contratados antes da entrada em vigor da nova lei das finanças locais e os que seriam depois. No nosso caso são todos do período anterior à entrada da lei em vigor, que foi dia 1 de Janeiro.

Esta nova lei com este novo critério estabelece um regime muito mais apertado. Ora sabendo nós que este desequilíbrio corrente que se vinha a verificar nos últimos anos tinha a coberto a situação de desequilíbrio estrutural que se verificava e porque era de todo impossível cumprir o equilíbrio, porque estávamos numa situação de desequilíbrio ao abrigo do PAEL e de reequilíbrio financeiro, o que nós fizemos foi uma aproximação, tanto quanto possível, dos valores que estariam perto de um orçamento real. De grosso modo, aquilo que o gráfico que vocês têm aí à vossa frente diz é isso mesmo. A tabela de baixo compara aquilo que seria o equilíbrio entre a nova e a anterior lei. ***

Posto isto, a DGAL emite um relatório e só referente ao primeiro ponto, o equilíbrio orçamental corrente que está nesse documento, a dizer que se não verifica o equilíbrio, na razão de um milhão e duzentos mil euros. Números redondos também, peço desculpa pela imprecisão. Se quiserem os valores certos também os tenho.***

De seguida nós argumentámos, entre várias argumentações que existiram em contraditório, para lá e para cá, entre a DGAL e a Câmara Municipal de Alijó, eles concluíram que desse um ponto dois milhões, havia uma verba, que é o que falta libertar dos empréstimos do reequilíbrio e do PAEL, relativamente a pagamento de despesas correntes, ou seja é um empréstimo, passivo de médio e longo prazo, que estaria canalizado para despesas correntes. Esse quantitativo são novecentos e vinte e um mil euros. Portanto, a esses milhão ponto dois teríamos que reduzir estes novecentos e qualquer coisa mil euros. Portanto, na ordem dos trezentos e quinze mil euros que se falava. ***

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

63
[Handwritten signature]

Nós dissemos que, à imagem daquilo que produz em termos de efeito o PAEL e o reequilíbrio, também o fundo de regularização municipal o poderia fazer, uma vez que de um milhão e trezentos e quarenta retidos, segundo o entendimento deles, entra na razão de 50 a 50%, portanto estaríamos a falar de seiscentos e setenta mil euros. Bem acima dos trezentos e quinze mil euros. Também neste caso nós não estávamos a considerar a parte do fundo de regularização corrente para pagar despesas correntes, estávamos também a canalizar a parte de capital do fundo para pagar despesas correntes. Aqui deveria haver um superavit. ***

Posto isto, ainda havia outro argumento, que era uma prerrogativa que está na lei, que diz que desvios até 5% podem ser compensados no ano a seguir. ***

Não obstante toda esta argumentação técnica, que foi o entendimento técnico, nós recebemos o relatório e algumas comunicações por e-mail, que houve o cuidado de as pôr aqui, em que por várias vezes, a própria DGAL assume que a Câmara Municipal de Alijó tem todas as condições para cumprir o equilíbrio corrente que se espera. ***

Não é fácil do ponto de vista técnico não ter ainda executado na plenitude o empréstimo do reequilíbrio que só está executado a 81% e do PAEL que ainda só está executado a 60%. ***

Portanto, até à vinda dessas quantias de empréstimo, que vão permitir liquidar facturas que estão dentro desses planos, não vai ser possível definir aquilo que eu costumo chamar o momento zero, o momento a partir do qual estamos em condições de assumir que é um orçamento verdadeiro e que se espera ter mais, de que vá ao encontro daquilo que a Câmara se comprometeu aquando da candidatura do PAEL. ***

Isto era o primeiro ponto. O segundo ponto prendeu-se com o entendimento, também da DGAL, de que o Quadro Plurianual Municipal deveria fazer parte dos documentos previsionais. Também aqui o entendimento foi técnico, foi meu e que eu tive também o cuidado de expor aí, que no artigo 47.º, da nova lei das finanças locais, diz e vou passar a ler «os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo» e o presente capítulo engloba o artigo 44.º que é o quadro plurianual, diz que «são regulados por decreto a aprovar até cento e vinte dias após a publicação da presente lei». Ora, a lei saiu dia 3 de Setembro do ano passado, no dia 2 de Janeiro, que era o dead line para o efeito, não se verificou. ***

Posto isto, a Câmara, demonstrando que não descurou esta situação, fez uma declaração em que dizia que, quem deveria ter regulado não o fez. Portanto, nós não estaríamos em condições de produzir informação que ainda não teve regulação. E fizemos essa declaração que acompanhou os documentos previsionais. Vários Municípios o fizeram. A própria Associação Nacional de Municípios Portugueses emitiu uma circular, em que diz «A Associação Nacional de Municípios entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 44.º», que é o Quadro Plurianual. ***

A sugestão da DGAL é «mandem-nos, por favor, pelo menos os valores que constam do PAV para 2016 e seguintes». Ora estes valores a própria DGAL já os tem decorrentes da candidatura do PAEL. Não há uma informação relevante acrescida a tudo aquilo que fazia parte do fascículo dos Documentos Previsionais para 2015. ***

Posto isto, não obstante todo o processo junto da DGAL para ver um parecer positivo dos documentos previsionais, conforme decorre da lei, aquilo que foi sugerido é que evoluíssemos para a situação de, não em regime de duodécimos porque isso já acabou, mas o Orçamento vigente em 2014 passará para 2015. Permitirá modificações orçamentais de adaptação porque o

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

54

Orçamento é por um ano, não é mais do que por um ano, mas o processo continua. Já começamos a trabalhar para o próximo orçamento, porque é uma experiência nova também para mim, pelo menos, acho que para a Autarquia também, mas não virá mal nenhum ao mundo. Todas as situações se trabalharão com a maior das normalidades e serão aprovadas na próxima Assembleia Municipal, que seja possível marcar, quanto mais não seja em Fevereiro, ordinária portanto, o Executivo e os Senhores Membros da Assembleia estão em condições de definir esse novo timing. Vamos fazê-lo tão rápido quanto possível, indo ao encontro destas situações. Da minha parte é tudo, se precisarem de algum esclarecimento, por favor, estejam à vontade. Obrigado.***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Marco Rodrigues, Telmo Pinto, Alceu Costa, Cláudio Vilela e Samuel Cunha.***

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD):**

Sr. Dr. gostei muito da sua explicação técnica, muito bem, foi um bocadinho rápida. Você falava aí de termos técnicos que a mim me deixaram um bocadinho à nora, mas não há problema, eu percebi. Sr. Dr., eu só quero que diga aqui, perante mim e perante os Deputados e perante a Mesa, se de facto isto é de todo legal? Não há nenhuma ilegalidade neste tipo de procedimento, se está tudo em conformidade dentro da lei? ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. *****

Ilegalidade seria contrariar o parecer da DGAL e ir para a frente e chegarmos aqui com um parecer que não estava em conformidade.***

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD) *****

Eu ia precisamente chegar a esse ponto. Era se de facto, se nós avançássemos para uma situação de um orçamento, mesmo com o parecer negativo da DGAL, se nós estávamos a cometer uma ilegalidade? Visto que de facto o procedimento legal é este e visto que foi o rumo e a conclusão a que o nosso Executivo chegou, resta-me dizer-lhe que de facto não tenho muita coisa a afirmar, mas acho que se é legal e se é a melhor solução para nós, acho que é o caminho que deveremos tomar. ***

No entanto e quero salvaguardar esta posição, é se de facto a legalidade correcta é esta, que assim se faça, que é para de hoje a amanhã não estarmos aqui, num futuro próximo, se calhar não estarmos aqui a discutir as ilegalidades das coisas, visto que isto já vem de algumas situações que foram decorrendo no passado, virem ilegalidades em cima de ilegalidades, como já foi falado até nesta Assembleia e eu só quero salvaguardar-me a mim, na minha votação deste ponto, a dizer e saber da sua boca que é este o procedimento correto e legal, à data.***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS) *****

Duas ou três questões muito sucintas relativamente a este ponto. Portanto, ainda não sabemos se a Mesa vai retirar o ponto ou não. Portanto, ainda não passou essa informação. Vamos falar sobre o assunto e então depois a Mesa é soberana nisto, decide, muito bem. ***

Não foi por acaso que eu me referi ao ponto, salvo erro, seis ou sete, que vinha o parecer da DGAL e este documento não trazia o parecer da DGAL, mas supostamente há um parecer da DGAL que não é positivo. Isso foi o que eu subentendi das palavras do Senhor Presidente e do Dr. Areias. Portanto, há um parecer. Não sei é porque é que um parecer positivo acompanha os documentos e um parecer negativo não acompanha este documento? Porventura, já percebi,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

66

estavam à espera de um parecer, ou de uma alteração de parecer até ontem às horas possíveis. Ou até hoje de manhã, porventura. ***

Bom, isto é um caso sério. Isto é um caso sério. O que é que eu tenho a dizer a isto? Tenho, depois da decisão da Mesa relativamente à retirada ou não deste ponto. Tenho dito. ***

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** ***

Vou ser muito sucinto também. De facto, o Dr. João Areias preparou aqui um documento bem bonito, fez aqui uma explicação e tal, mas de facto não é isto que eu quero. O que eu quero e aquilo que vou solicitar ao Senhor Presidente é que entregue à Assembleia Municipal, aos Senhores Deputados, o parecer que recebeu da DGAL. É isso que nós precisamos para trabalhar. Era só, muito obrigado. ***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD)** ***

Eu gostei da exposição do Dr. Areias, felicito-o por isso, porque sendo uma exposição técnica foi muito clara, penso que todos nós percebemos. É evidente que na minha opinião não nos resta outra alternativa que não seja retirar o documento. Se como aqui foi dito a sua aprovação seria ferida de ilegalidade, portanto acho, que na nossa opinião, é de retirar e programar uma futura reunião. ****

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD)** ***

Ora bem, daquilo que eu pude perceber e as dúvidas que eu tenho espero que o Dr. João Areias me possa explicar, certamente, mas está-se a falar deste assunto, porque está aqui em causa, supostamente, um milhão trezentos e quarenta mil euros, que não foram aproveitados pelo Município nos últimos anos. Portanto, se não me engano, a partir de 2010, 2009 ou 2011, por aí, não foram aproveitados, portanto foram retidos - daquilo que eu percebi também - pela DGAL por incumprimento ao mandar - penso que isto já foi falado até mesmo pelo Senhor Presidente - do reporte de informação à DGAL. Portanto, todo este valor foi uma desorganização, daquilo que eu depreendo, uma desorganização do próprio Município, que estava rico, que não precisaria destes cinquenta e três mil euros por mês. Portanto deduzo, que nestes anos todos quiseram fazer com isto uma conta poupança e daí agora, este Município, porque um cêntimo é um cêntimo e faz falta a toda a gente, certamente, o Município quer agora recuperar esse valor e então para isso tem que o incluir no orçamento e a única dúvida também daquilo que eu depreendo é a distribuição do valor no Orçamento. Portanto, este, daquilo que eu depreendi, é o problema da DGAL não ter dado o parecer. ***

Portanto, eu só queria que me esclarecesse, porque realmente se isto é verdade, aquilo que eu entendi e posso estar enganado certamente, mas daquilo que eu entendi, a ser verdade, é muito grave, porque tendo em conta que o Município já está mal financeiramente há alguns anos é muito mau saber que este dinheiro, mensalmente, não foi aproveitado. E daí encontramos um milhão e trezentos e quarenta mil assim desperdiçados, digamos, e agora serem reaproveitados. Se assim for, muito bem, parabéns por quererem reaver esse dinheiro que é nosso por direito. Obrigado. ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.** ***

Senhor Deputado Marco, o objectivo foi nunca vos deixar numa situação desconfortável ou com dúvidas. Daí retirar. A opção técnica foi sempre por entendermos que se a DGAL não concorda com o nosso contraditório é preferível retirar o assunto. Nós vamos tentar ir ao encontro, na

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

56

medida do possível, junto da DGAL, que ela nos emita o parecer que todos nós desejamos, eu na qualidade de técnico, vocês na qualidade de eleitos, de garantir um Orçamento em conformidade com todo e qualquer aspeto legal. Acho que respondi. ***

Relativamente ao ponto seis, para o Senhor Deputado Telmo, só relembrar uma coisa, que é referente à revisão orçamental que veio cá em Setembro e que não tinha esse parecer. Ficou condicionada à chegada desse parecer. Tem presente essa situação? Não veio agora exactamente porque não estava em conformidade com os documentos previsionais. ***

Relativamente ao Deputado Samuel, uma breve explicação do fundo de regularização. O fundo de regularização quando foi retido teve um procedimento contabilístico que não foi o correcto. A verdade é que na altura, a lei anterior, não está que está em vigor, não versava sobre o modus operandi, chamemos-lhe assim, da contabilização do fundo de regularização municipal. O que é que a DGAL entendia na altura? A DGAL entendia que, mesmo a Câmara não arrecadando a totalidade do dinheiro que ia retendo ao abrigo do fundo de regularização, nós devíamos considerá-lo como recebido. Então, este entendimento, apesar da retenção ser a 2010, acho eu, que só teve um parecer da DGAL há um mês atrás, ou seja, já dentro do novo figurino jurídico. Portanto versou à data de hoje, por assim dizer, sobre uma coisa que aconteceu há quatro anos atrás, não ao abrigo da lei de então, mas ao abrigo da nova lei. Isto é o panorama jurídico que estamos a viver. Na altura, não tendo arrecadado a receita, que deveria ter sido pela totalidade, mesmo não a tendo recebido, eles dizem à data de hoje, «ok então vocês devem criar uma conta de depósitos, em nome da DGAL, mas chamar-lhe-ão retido. ***

Aquilo que eles não me estão deixar fazer neste orçamento é considerar em termos de dotações iniciais deste fundo para efeitos de orçamento, ou seja, eles não deixam colocar em orçamento este fundo de regularização municipal. Eles dizem não, agora a arrecadação há-de ser feita só via execução, porque o movimento contabilístico deveria ser efeito à altura da retenção, não agora, porque na realidade, a Câmara com o Fundo de regularização não recebe dinheiro nenhum agora. O que a Câmara faz, manda para lá uma determinada listagem com um conjunto de fornecedores e eles pagam directamente a esses fornecedores e comunicam-nos a nós a dizer, nós pagámos, de acordo com a listagem que vocês nos enviaram. Têm um parecer de um ROC, que está a certificar cada um desses pedidos de pagamento. Portanto, este é o modo como funciona o fundo de regularização. ***

Portanto há aqui duas leis em períodos distintos. Não há uma arrecadação efectiva à data de hoje. Houve sim uma receita que foi retida há quatro anos atrás e que não foi contabilizada. Portanto, eles também não me deixam colocar. Ora, como isto foi colocado no Orçamento Municipal do próximo ano, também por essa via ele está inflacionado em um milhão e trezentos e quarenta mil euros, que o que vai acontecer para o ano, é que quando se pagarem as facturas ao abrigo deste fundo de regularização, as execuções vão ser, numa análise muito linear, uma factura que está numa rubrica com cem euros, se eu mandar pagar a factura de cem euros, ela vai ser executada, mesmo não tendo esse dinheiro. Não sei se estão a compreender o que vai acontecer do ponto de vista da execução? Então, na realidade é isto que se vai passar. A receita vai-se verificar pela execução, não pelas dotações iniciais que constavam também dos documentos previsionais para 2015. ***

——— **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD):** ***

Ora bem, então daquilo que eu depreendo, houve efectivamente um erro no lançamento contabilístico da Câmara Municipal, houve um erro ao lançar estes valores. Portanto, houve um

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57

erro da Câmara, dos funcionários da Câmara que fizeram mal este lançamento, que deveriam ter feito na altura e que não o fizeram. ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.** ***

Cada vez que chegava o FEF com uma determinada retenção, diz agora este parecer, que na altura deviam ter sido contabilizados os 100%, como se tivesse vindo de facto o dinheiro. Mas na altura só se fez o movimento contabilístico pela diferença, ou seja, do valor que devíamos receber retiveram X, portanto esse X sempre foi retirado. Portanto, recebíamos menos e considerávamos que haveríamos de registar no futuro esse diferencial que nos estava a ser retido. O entendimento agora é que é exactamente ao contrário, não, não, vocês deveriam ter registado na altura. Agora nós pagamos e informamos que vamos pagar. Vocês não podem contabilizar para efeitos de dotações iniciais dos próximos documentos previsionais este quantitativo de um milhão e trezentos e quarenta mil euros. Obrigado.***

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** ***

Dr. Manuel João, só queria fazer uma pergunta. Vamos admitir que não se consegue fazer isso até Fevereiro. A Câmara depois passava a ser gerida por duodécimos? ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.** ***

O regime duodecimal acabou quando acabou a Lei 341/83 que era o anterior regime contabilístico na contabilidade unigráfica. Desde que apareceu o POCAL, a Câmara agora, dispõe o ponto 2.3.1 da Lei 54/99, que diz que o Orçamento continua para um décimo terceiro mês e até se conseguir aprovar o Orçamento para o ano seguinte.***

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** E se não houvesse***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Os documentos previsionais continuam a ter direito a fazer modificações ao seu Orçamento, quer pela incorporação da receita, quer pela incorporação de despesas. ***

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** Mas eu pergunto, esta diferença já vem de há anos atrás?***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Estas retenções já se verificaram muito lá atrás. ****

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** E isso não dava, se eles dessem conta, não se podia perder o mandato? ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Eles deram conta. Eles é que ficavam com o dinheiro, portanto eles davam sempre conta daquilo com que ficavam.***

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** Vamos imaginar que aqui e agora a Mesa não tirava o documento, o documento ia para a frente, o que é que acontecia ao Executivo? Caía? Como era? ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** O que diz a lei, que não havendo um Orçamento aprovado em condições normais para o ano conseqüente vigorará o que está em vigor, o que está em curso, em execução. Continua. O Orçamento continua.***

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

58
[Handwritten signature]

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** Eu sei, mas vamos imaginar que não tínhamos um Dr. Manuel João, que não tínhamos um Executivo atento e que passava este documento. O que é que acontecia? ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Vou pegar nos anos anteriores.***

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** Eu estou-me a reportar aos anos anteriores, porque isto já aconteceu nos anos anteriores, porque eu era Vereadora e sei muito bem que passavam coisas que eu agora até fico a sonhar como é que era possível, não é? Como é que ficavam os documentos cá em baixo? Ainda não percebi. Eu andava atenta e só não percebo como é que agora passados anos aparecem documentos de facturas de não sei das quantas.***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Dr.^a Eduarda, nos três anos anteriores, o Orçamento para 2014, para 2013 e para 2012 já tinham um desequilíbrio corrente. Vivíamos ao abrigo de uma lei das finanças locais que findou. E eu acho que a DGAL tomou a posição porque de facto houve uma alteração legislativa, porque senão, não há justificação, à imagem dos três anos anteriores, que tinham um orçamento desequilibrado e que o validou. Em lado nenhum está qual foi o verdadeiro motivo porque aprovou ou validou os anos anteriores e não validou este.***

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** É isso que não percebo. De facto há qualquer coisa que não entendo. Porque eu assisti a inspecções aqui que até nos davam louvores. O Executivo da Câmara era louvado, porque tinham tudo muito bem, as inspecções. E pelos vistos passavam por aqui com documentos que ficavam nas gavetas, que ficavam para trás de há anos. E nós a vê-los passar. E agora é que vem um ano que diz que não pode passar. E é isto que a minha cabeça não percebeu bem.***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** A Câmara de Alijó também tem que ter consciência de que está sobre a alçada da DGAL-****

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** Sempre esteve.***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Não com este rigor, não com esta precisão. Dos 308 Municípios, muito poucos, acho que salvo erro à volta de trinta que estão em PAEL, o que significa que têm que submeter os seus documentos previsionais. Aqueles que não o fazem, estão mais permissivos. Eu conheço relativamente ao quadro plurianual municipal, já tive oportunidade de verificar que alguns Municípios também não o aprovaram, exactamente com a mesma fundamentação técnica que constava dos nossos. O facto é que não estão sujeitos à remessa previa dos documentos previsionais para o ano seguinte à DGAL e portanto têm alguma facilidade desse ponto de vista.***

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS)** Eu desejo que tudo corra bem e que não apareçam mais papéis.***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Só para concluir a pergunta da Dr.^a Eduarda. Eu entendo que este ponto não deve ser votado porque o parecer da DGAL não veio como válido para efeitos da aprovação do documento. Portanto, eu acho que ele não deve ser sequer apreciado. Tecnicamente serão feitas as correcções que se impõem nos termos da lei para que o parecer venha em conformidade e se garanta um total rigor, tanto legislativo, como técnico do ponto de vista dos números. A posição mais confortável e se eu estivesse

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

desse lado, não apreciaria o documento. Não se trata de aprovar ou não aprovar. Trata-se, nesta fase, de nem sequer o apreciar. Obrigado. ***

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD)*****

Sr. Dr. desculpe lá a minha franqueza e honestidade, mas é assim, eu tenho que fundamentar uma opinião. Eu também sou leigo nesta matéria. Você é que é o expert e eu vou fundamentar a minha opinião em relação àquilo que o Senhor me disse agora aí e eu tomo-lhe a perguntar franca e honestamente e esta é a minha opinião, porque a minha opinião vai ser fundamentada de acordo com aquilo que o Senhor me está a dizer, porque eu até fui no mandato anterior daqueles que votei contra PAEL e etc., etc., etc.. e dizer à Dr.^a Eduarda que já na altura eu disse que o futuro me iria dar razão e pelo jeito deu. E foi o futuro muito próximo. Eu quero que você me torne a dizer, agora olhos nos olhos, como falou ali para os Deputados da Bancada do PS, que eu sei que ouvi o seu discurso dirigido aos Deputados do PS, agora olha para mim e diga-me assim «Senhor Deputado Marco, a melhor solução para a nossa Câmara, para o nosso Executivo é retirarmos o ponto. Quero que me diga isso olhos nos olhos. Mais uma vez. É um pedido que lhe estou a fazer. Mais uma vez. ***

----- **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA*****

Senhor Deputado Marco, olhos nos olhos conforme solicitou, a única solução, para mim, técnica, legal, é não apreciar o documento. ***

Resta-me pedir desculpa pelo sucedido. A fundamentação que está aqui é meramente técnica. Eu trouxe claramente as decisões técnicas que tomei deste documento, baseado em coisas que é a história, que é a legislação vigente e que foi o meu entendimento técnico. Portanto fruto destes três factores foi produzido este documento técnico. Que não restem dúvidas sobre isto. Obrigado.**

----- **PRESIDENTE DA MESA *****

Muito obrigada. ***

Considerando i) que vinham hoje a aprovação os documentos previsionais – orçamento e grandes opções dos planos – para o exercício económico de 2015 ii) que os documentos previsionais foram, por imposição legal, submetidos a apreciação técnica da DGAL; iii) que o parecer da DGAL não foi favorável conforme explicação aqui dada pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Chefe de Divisão Dr. João Areias, já que orçamento não atende às disposições legais relativas ao princípio do equilíbrio orçamental preconizado pela Lei 73/2013 nem se enquadra num Quadro Plurianual pelo que a proposta não cumpre o disposto no art. 41º da citada Lei iv) que o parecer é posterior à elaboração da ordem do dia da presente sessão;

Considerando ainda v) que o executivo camarário entende rever os documentos previsionais para 2015 em total respeito pela posição assumida pela DGAL vi) o disposto no anexo ao DL 54-A/99 de 22 de Fevereiro-, designadamente nos pontos 3, 4, 5 e 6 do item 2.3 vii) que é da competência da mesa verificar a conformidade legal e admitir as propostas da camara municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da assembleia municipal.

A mesa da assembleia, atendendo aos argumentos do parecer da DGAL, entende retirar da ordem do dia o ponto 3 - documentos previsionais para o exercício económico de 2015.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

80

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS) *****

Senhora Presidente eu há pouco, na minha intervenção, solicitei que o Senhor Presidente de Câmara fizesse distribuir o parecer da DGAL. Até ao momento não foi. Não sei se vai ser distribuído, se não vai ser distribuído. Se há algum incómodo em ele ser distribuído, em que os Senhores Deputados tenham conhecimento daquilo que vem lá escrito. Portanto, eu acho que, por respeito a esta Assembleia, eu não duvido das palavras do Senhor Presidente e das palavras do Dr. João Areias, mas gostava, eu pessoalmente, de ter em mãos o parecer da DGAL e com certeza, além de eu próprio, outros Deputados também querem, não é? Era só isso. Pelos vistos os Senhores Vereadores também querem.***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS): *****

A retirada da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para 2015 impede que o Orçamento Municipal entre em vigor no dia 1 de Janeiro de 2015. A não entrada em vigor do Orçamento do próximo ano no dia 1 de Janeiro decorre de circunstâncias imputáveis à Câmara Municipal, não se vislumbrando quaisquer causas justificativas. Nos termos da alínea e) do artigo 9.º da Lei 27/96 de 1/8, a não elaboração ou a não aprovação do Orçamento de forma a entrar em vigor no dia 1 de Janeiro faz a autarquia local incorrer na sanção de dissolução do Órgão. ***

Estas estranhas circunstâncias são inéditas neste Concelho, sendo manifestação da incompetência e incapacidade deste Executivo Camarário que não está à altura para defender convenientemente os interesses do Município de Alijó. Muito obrigado. Tenho dito.***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA *****

Pois bem, foi retirado o ponto. Foram dados os esclarecimentos à Mesa e a Mesa teve todos os documentos que possibilitassem a interpretação do documento que foi feito de explicação técnica. ***

Quanto à distribuição do documento da DGAL eu não vejo qualquer inconveniente. No entanto, face às palavras do representante da Bancada do PS, não sei qual é o motivo porque o deva fazer. Se ele diz que isto dá origem à dissolução do órgão, então o que é que estamos aqui a fazer? A interpretação da lei não diz isso. Apenas diz, para coroar um momento menos bom, mas é o seu entendimento, porque isto não dá nunca a dissolução do órgão. Está prevista na lei esta situação. Está explícita aí nesse documento que foi distribuído. Está lá o que é acontece. Não está prevista a dissolução do órgão. De forma alguma. ***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** introduziu o **ponto cinco** da ordem do dia: "**Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal – Aprovação.**" dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:*****

Dando cumprimento ao estabelecido na lei, a lei impõe-nos o pedido de dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal. Isto é, compromissos plurianuais que não excedam os noventa e nove mil euros nós seríamos obrigados a vir aqui, mas pedindo a dispensa à imagem de todos os anos e de todos os Executivos e Organismos públicos, isto praticamente é cumprir o calendário legal, senão, não fazia sentido nós estarmos com pequenas decisões e estar à espera que passados dois meses houvesse Reunião de Assembleia, sendo certo que nós temos

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

67

que dar conhecimento sempre do que estamos a fazer. Portanto, isto é visto na Câmara e posteriormente dado conhecimento. Neste momento estamos a pedir autorização genérica de despesa prévia.***

----- Porque ninguém quisesse inscrever-se para este ponto da ordem do dia, a Presidente da Mesa colocou-o em votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. ***

Introduziu de seguida o **ponto oito** da ordem do dia: "**Relatório de Acompanhamento de Execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro – 2T2014 – Aprovação.**" e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** ***

Eu pedia à Assembleia que me deixasse apresentar estes dois pontos num só, porque eles são idênticos e versam o mesmo assunto. Isto é, por obrigação da execução do PAEL e por estarmos na execução deste programa, somos obrigados a produzir relatórios trimestrais. Esta obrigação, a minha forma de analisar isto, é uma obrigação para nós estarmos atentos à execução do PAEL, porque em termos de leitura e de análise deste relatório pouco nos diz. O que nos vai dizer efectivamente alguma coisa, o que nos vai dizer muito, é o relatório do fim-do-ano, porque ao longo dos trimestres, tão depressa os rácios estão cá acima, como lá em baixo. Vai variando. O que é verdade neste trimestre não é verdade no segundo trimestre nem no terceiro, nem no quarto. A execução do quarto trimestre, portanto o relatório anual, esse é que é importante. Ver os números. Estes não passam de interpretação de números de rácios que não estão de forma alguma estabilizados. A leitura disto, pronto, tem uma leitura, mas uma análise muito subjectiva. ***

Os senhores com certeza tiveram oportunidade de ler a execução do PAEL, como é que está o segundo trimestre e o terceiro. Esteve na Câmara. Está tudo de acordo com a lei. Estamos a cumprir a lei. ***

-----A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhores Deputados Telmo Pinto, Domingos Henriques, Luís Lameiras e Alceu Costa. ***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS):** ***

Relativamente a este assunto, a este ponto número oito e o nove há aqui uma lacuna que eu considero grave. E peço aos Senhores Deputados que vejam no documento do ponto nove, a página cinco, salvo erro. Ponto oito, página cinco. Ponto nove, página quatro. Há aí um quadro que do nosso ponto de vista apresenta dois erros. E os erros têm a ver primeiro com o facto de serem quadros rasurados. São quadros que estão rasurados. Portanto, nós vamos aprovar aqui um documento rasurado. ***

Depois, já identificaram os quadros? Na página quatro e página cinco. Página cinco, ponto oito e página quatro, ponto nove. Há aí um quadro que tem a ver com montantes contratados visados e amortizados. São quadros que estão rasurados. Onde está amortizados tem pagos. E o do ponto nove, também está rasurado, está riscado o somatório, o total. No ponto oito, nem sequer rasuraram ou eliminaram o somatório deste mesmo quadro. ***

Isto quer dizer o quê? Porque apresenta aqui valores que não estão correctos. A questão é essa é que tem valores contratados, tem valores utilizados, desses contratados, aqueles que foram pagos, isto resulta numa diferença de cerca de cem mil euros e depois aparece um total, um somatório de tudo. Eu gostaria de ter uma explicação técnica sobre este quadro, porque não o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

62

percebo, não o entendo. Isto a somar parece que quando calha a pagar é só a somar, não há contas de subtrair. Isto acho muito estranho. Gostaria de ser elucidado sobre estas duas situações, quer num ponto, quer no outro. Muito obrigado. ***

----- **DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS):** ***

A minha intervenção vem no sentido não de interferir como Deputado Municipal, nem como Presidente de Junta, mas sim, apesar do Senhor Deputado Samuel já ter feito o convite, compete-me a mim como Presidente do Centro Social, Recreativo e Cultural de Vila Verde, mais uma vez reforçar esse convite a todos os Senhores Deputados sem excepção. ***

Já agora aproveito para informar que a Feira dos Reis de Vila Verde faz cem anos, portanto é um centenário, são vinte lustros e gostaria muito que estivessem presentes. -----

E já agora permitam-me para apresentar os meus cumprimentos de boas festas e que o ano de 2015 seja um ano de esperança, mas fundamentalmente um ano, politicamente, que nós possamos sem escaramuças, sem qualquer atropelo para que esta Assembleia se torne muito mais eficaz e muito mais viva. Muito obrigado a todos. ***

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** ***

Relativamente a estes dois pontos eu ia aflorar precisamente aquilo que aqui referenciou o meu colega de Bancada, Deputado Telmo Pinto e portanto já não o vou fazer, uma vez que o fez. De qualquer forma perguntava: não acham lamentável apresentar dois documentos que fazem parte de dois pontos da ordem do dia nestas circunstâncias que explanou aqui o meu colega de Bancada? Acham que isto é documentos que se apresentem para as pessoas perceberem e poderem ajuizar acerca daquilo que está contido neles? ***

Depois perguntava de quem é que é a responsabilidade? Se do Chefe de Divisão, se do Senhor Vereador João Manuel, uma vez que é o Vereador que acompanha o PAEL? E é só. ***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** ***

Ora bem, eu penso que se trata de um documento técnico, se bem percebi, não foi feito pelo Executivo, é uma informação técnica e portanto acho estranho que se esteja a dar tanta importância a uma rasura, uma rasura que se percebe perfeitamente o que é. Portanto, é um documento que penso não foi elaborado pelo Executivo. É uma informação técnica. É uma avaliação técnica e como tal acho estranho esta complicação. ***

Agora foi aqui posta a questão, a mim também, como a todos nós se não achávamos estranho? Aquilo que eu acho estranho é que de facto não se veja neste documentos factos importantes, que devíamos salientar todos se não estivéssemos a pensar de outra maneira. Por exemplo eu acho estranho que ninguém veja, ou que não se veja a diminuição do prazo médio de pagamento, que diminuiu num trimestre 11% e no trimestre seguinte 19%. Isto faz parte dos dois documentos. Também acho estranho que não tenham visto que a dívida total diminuiu no primeiro trimestres 6,6% e no segundo, destes dois que estamos em avaliação, 5,3%. Também acho estranho que não tenham visto a diminuição do excesso de dívida que diminuiu de 16,3% num trimestre e 4,6% no outro. Isto é que eu acho estranho. ***

Acho também importante e saúdo as palavras que fazem parte dos documentos, que é a redução e a racionalização. Acho que são as palavras que se impõem. Redução e racionalização. E tenho aqui um esclarecimento que gostava que me fosse feito. O implemento do Plano de Eficiência Energética com a consequente redução da factura em 10%. Eu isto não

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

63

sei o que é, mas gostaria que me explicassem. Implemento do Plano de Eficiência Energética com conseqüente redução da factura em 10%.***

Quanto ao decréscimo dos subsídios e transferências, quer para as Juntas, quer para as Associações, eu compreendo perfeitamente a situação em que estamos de tentativa de equilíbrio, mas faço votos que nos anos seguintes possamos começar a olhar de outra maneira para as Associações, porque se é verdade que mais importante que tudo são as pessoas, as Associações que existem no nosso Concelho são por excelência...

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Desculpem mas o Senhor Deputado está a falar. Senhor Deputado Alceu Costa, faz favor e pedia a todos um bocadinho mais de calma que já estamos a terminar.***

-----**DEPUTADO ALCEU COSTA:** Eu praticamente já tinha terminado. Oxalá que nos próximos anos, quer as Juntas de Freguesia, quer as Associações possam ter uma contemplação mais positiva, porque de facto é o que mais importante há no Concelho que são as pessoas.***

-----**A PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Chefe de Divisão, Dr. João Areias, para explicar os documentos.***

----- **CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA*****

Relativamente à rasura eu não sei se têm presente os Senhores Vereadores na Câmara, que foi rasurado logo na altura porque a palavra amortizado entendemos na altura que não se enquadrava bem, porque o amortizado é o amortizado do que já tinha sido utilizado. Portanto, o valor do contrato, o valor da utilização e desta utilização já se tinha amortizado parte da utilização. Mas para não criar confusão foi rasurado na altura e forma postos pagos. Consta do documento original que estava na Reunião de Câmara e como só foi detectado na Reunião de Câmara não se procedeu à substituição do documento e seguiu isso. É isso que eu estou a dizer: essa rasura não está correcta, os valores das linhas estão todos correctos, o somatório é que não.***

Relativamente à situação do Deputado Alceu que era a eficiência energética. A eficiência energética também tem a ver com aquele concurso intermunicipal promovido pela Associação de Municípios do Vale do Douro Norte para aquisição de energia eléctrica que foi feito para vários Concelhos, para várias Freguesias, para várias Associações

A Associação de Municípios do Vale do Douro Norte ou a CIMDouro, já não sei precisar qual, promoveu um concurso intermunicipal, de modo a ganhar algum peso na contratação e assim beneficiar de preços melhores dentro do mercado.***

----- **DEPUTADO TELMO PINTO (PS)** ***

Caro amigo e companheiro Senhor Alceu Costa, já andamos por cá há uns anos, não está à espera que eu vá buscar a virtude do documento, não é? Então depois você dizia o quê? Temos que ser solidários uns com os outros e nós como bons socialistas que somos gostamos de partilhar estas coisas convosco.***

Só para dizer-vos que em nome da Bancada do Partido Socialista desejar-vos a todos uma passagem de ano muito alegre, contente. Que façam um momento de satisfação, de alegria, mas sobretudo de esperança para um 2015 mais próspero e melhor. Muito obrigado.***

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-12-27



E desculpe Senhor Presidente, não referi na primeira intervenção, mas tenho que o dizer agora. Estou muito satisfeito, estou muito feliz pelo seu regresso e desejar-lhe desde já, que no próximo ano, esteja aí com força e energia que bem precisamos. Muito obrigado.***

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD): *****

Senhora Presidente é só também em nome da Bancada do PSD, pois naturalmente fazer nossas as palavras do Deputado Telmo, desejar a todos um feliz ano novo, repleto de tudo de bom. Muito obrigado a todos e até para o ano. ***

----- **PRESIDENTE DA MESA *****

Senhores Deputados, Senhores Vereadores, a Mesa também deseja um bom ano para todos em 2015, mas lembra que ainda é preciso votar estes dois pontos. E o que eu pergunto é se, como o Senhor Presidente apresentou os pontos oito e nove em conjunto, também os poderemos votar em conjunto? ****

Não tendo sido apresentada qualquer oposição à forma de votação foram os **pontos oito e nove - Relatórios de acompanhamento de Execução do PAEL e Reequilíbrio Financeiro - 2T2014 e 3T2014** - colocados a votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria com **vinte e quatro votos a favor e quatro abstenções.** ***

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA: *****

Muito obrigado pela vossa paciência em estarmos aqui a discutir coisas interessantes e importantes para o Município. Desejo a todos um bom fim-de-ano. Faço minhas também as palavras quer da Bancada do PS, quer do PSD e do MAIS. Quero desejar um bom fim-de-ano e que 2015 nos traga a prosperidade ao Concelho, a nós e à nossa família que tanto ensejamos. Muito boa noite. ***

----- A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.***

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.***

A MESA


Telmo Paulo Henrique de Barros